



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ORGÃOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1124/04	DATA: 21/9/2004
INÍCIO: 11h36min	TÉRMINO: 14h08min	DURAÇÃO: 02h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h31min	PÁGINAS: 69	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ELIAS DAVID NETO - Médico responsável pela equipe de transplantes de rim e de pâncreas no Hospital Sírio-Libanês. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Médica Anestesista

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da 30ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações atuantes no tráfico de órgãos humanos.

Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública com a finalidade de se realizar oitiva de diversas testemunhas para que apresentem dados e fatos que possam contribuir com a missão desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste momento, convido para tomar assento à Mesa o Sr. Elias David Neto.
(Pausa.)

O Dr. Elias David Neto foi citado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo jornalista Atháide Patreze, que, em programa de televisão da *Rede Bandeirante*, no início do ano, declarou perante a opinião pública que, após grande procura para fazer transplante de rim no Estado de São Paulo, foi procurado pelo médico do Hospital Sírio-Libanês que disse a ele para não se preocupar, porque, no Brasil, os ricos e milionários não ficam na fila do transplante e que, se ele quisesse, conseguiria um rim para ele por 100 mil dólares.

A Comissão assistiu ao programa, ouviu a fita, convocou o depoente. Ele esteve prestando depoimento nesta Comissão e, aqui, reafirmou aquilo que havia dito no programa de televisão: que ele foi procurado pelo senhor e que o senhor havia ofertado a ele um rim por 100 mil dólares, depois acabou fazendo por 50 mil dólares e ele teve de vender uma BMW dele, fazer uma campanha com alguns amigos para fazer o transplante.

Então, o senhor foi citado nesta Comissão.

A Comissão aprovou o requerimento de convocação para V.Sa. estar aqui para falar o que sabe sobre o assunto e para fazer também sua defesa. E todo depoimento coletado nesta Comissão fará parte do relatório que será apresentado pelo Deputado Relator, Pastor Pedro Ribeiro, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



O tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo, durante esse período, V.Sa. ser apartado. Então, haverá um tempo de 20 minutos para falar sobre o caso. O tempo que achar necessário, se quiser falar com 5, com 10, e, depois de encerrada sua participação, os Parlamentares estarão fazendo algumas interrogações.

Os Deputados interessados em interpelar deverão inscrever-se na Mesa e cada Deputado terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo o depoente de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. E, por se tratar de oitiva de testemunha, solicito ao Sr. Elias David Neto que preste juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

“Art. 342 - Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral”.

Vamos, então, neste momento, conceder a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, ao Sr. Elias David Neto para falar sobre esse caso.

Com o microfone, por gentileza.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Obrigado e bom dia a todos. Em primeiro lugar, Deputado, eu queria dizer aos senhores, eu queria me qualificar, porque acho importante saber quem está sendo identificado nesse processo. Sou médico do Hospital Sírio-Libanês, responsável pela equipe de transplantes de rim e de pâncreas no Hospital Sírio-Libanês. O Hospital Sírio-Libanês é um dos mais antigos e tradicionais centros de transplante do País. Também faço transplantes no Hospital 9 de Julho, onde nossa equipe realiza transplantes há mais de 15 anos, e sou professor associado da faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde dirijo a unidade de transplante de rim e pâncreas do Hospital das Clínicas e coordeno o programa de ampliação do programa de transplantes do Hospital das



Clínicas, nomeado pela Diretoria Clínica e pela Superintendência. Sou ex-Presidente da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, eleito pelos meus pares — nós temos em torno de 1.200 membros transplantadores de todos os órgãos no País inteiro — e sou, atualmente, nessa sociedade, membro do Conselho Consultivo, que também é eleito pelos membros. Tenho a honra de ter coordenado o Consenso Estadual para Transplantes de Órgãos. O Consenso Estadual para Transplantes de Órgãos é a origem do sistema de captação e de distribuição de órgãos que hoje está implantado em São Paulo e em todo o País, através... Na época em que eu era Presidente, coordenei um grupo de indivíduos representantes de cada equipe transplantadora desse Estado. Porque isso foi feito em São Paulo, onde nós, por 48 horas, nos reunimos e geramos um documento de aproximadamente cento e poucas folhas que foi entregue ao Sr. Secretário de Estado da Saúde há muitos anos e que gerou o atual sistema de procura e distribuição de transplantes do Estado de São Paulo e que, hoje, foi estendido a todo o País. Atualmente sou candidato a professor titular da disciplina de nefrologia da faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. E este é o *curriculum* preparado para este concurso, que passo para a Comissão, onde existe toda atividade de toda a minha vida durante esses anos. Antes de falar sobre o que disse o jornalista Athaíde Patreze, queria fazer uma modificação da sua fala. Quer dizer, na verdade, eu nunca procurei o jornalista, nem sabia que ele era jornalista. O paciente Athaíde Patreze marcou uma consulta no meu consultório — isso está registrado — pagou a consulta, recebeu um recibo e foi me procurar, porque ele é um paciente que está na lista de transplante aguardando um transplante de rim de cadáver num dos hospitais da cidade, e ele foi querer se transferir para os meus cuidados. Para quem não sabe como funciona o sistema em São Paulo, o sistema consiste de uma lista única onde o indivíduo se inscreve em várias... ele pode se inscrever nessa lista através de várias instituições transplantadoras. Essas instituições elas não podem ser quaisquer instituições. O Ministério da Saúde requer que uma instituição e seu corpo clínico se registrem no Serviço Nacional de Transplante e obtenham a aprovação. Para isso, é preciso de um *curriculum* de transplantador, o hospital precisa ser um hospital de grande capacidade. Essa dupla equipe/hospital se cadastra junto ao Ministério da Saúde e recebe uma publicação no *Diário Oficial da União* autorizando àquela equipe



naquele hospital realizar transplantes. Esses hospitais que têm essa autorização podem inscrever pacientes na lista única da Secretaria da Saúde. Então, existem vários hospitais cadastrados nesse sistema e os pacientes procuram esses hospitais para se inscrever na lista única da Secretaria da Saúde através de um hospital. Então, no caso, por exemplo, de um indivíduo, vamos pegar como exemplo o Sr. Atháide. Ele está inscrito, ele não transplantou, até onde saiba ele ainda não recebeu seu transplante, ele está na fila, ele está inscrito na fila do Hospital do Rim e Hipertensão. Então, ele está inscrito na lista única pelo Hospital do Rim e Hipertensão. Se ele quiser mudar — e, claro, o País é livre e cada indivíduo pode mudar a qualquer hora; ele pode querer mudar para o Hospital das Clínicas, para o Hospital 9 de Julho, para o Oswaldo Cruz, para o Einstein, para qualquer lugar — ele procura a equipe médica desses hospitais para o qual ele quer mudar, assina um novo compromisso dizendo que agora ele quer ser transplantado por aquele hospital e por aquela equipe, esse papel é encaminhado para a Secretaria da Saúde e, no sistema da Secretaria da Saúde, permanecem a data da inscrição e o nome da inscrição daquele indivíduo na mesma lista única, só que, ao lado, onde estava o hospital antigo, passa a existir o hospital novo. Portanto, o indivíduo continua na mesma lista, ele só muda de instituição. E por que as pessoas fazem isso? Porque eventualmente o seu seguro de saúde paga o transplante numa instituição, não paga na outra, aqueles que não têm seguro de saúde, em geral, transplantam-se pela Previdência Social em alguma instituição pública. Então, os indivíduos podem migrar de filas, desde que eles assinem esses papéis da Secretaria da Saúde. Como acontece a distribuição de órgãos? A distribuição de órgãos acontece da seguinte forma: quando o indivíduo está na fila e aparece um doador, a Secretaria da Saúde, que tem o sangue de todos os indivíduos que estão na fila, faz uma prova cruzada entre os indivíduos que estão na fila e aquele doador. Isso é feito por um computador através de uma tipagem que tem 6 números, os números..., os pacientes da fila que têm os números... A maior frequência de números com aquele doador cadáver são selecionados numa lista de 20 pacientes que têm as melhores compatibilidades. Esses 20 pacientes são então testados contra aquele doador, porque eventualmente, mesmo que eles sejam similares ao doador, não são compatíveis num segundo teste. Então, o que a Secretaria da Saúde faz é classificar



os primeiros 20 pela compatibilidade e, depois, ela faz o segundo teste. E, aí, ela reclassifica esses 20. Reclassificados esses 20, ela liga para o hospital do primeiro da fila e diz: *“Existe um órgão para o seu receptor fulano de tal. Esse órgão está no Hospital das Clínicas”*. Então, você fala: *“Eu aceito esse órgão”*, vai até a Secretaria da Saúde, pega o órgão, convoca o seu receptor, leva ele para o hospital onde ele está cadastrado para ser transplantado e transplanta. Então, dessa forma, o que quero explicar é que nenhum médico interfere no sistema. Esse sistema foi criado pelos médicos de tal forma que é impossível burlar o sistema, porque quem faz toda essa seleção é a Secretaria de Estado da Saúde. Quem faz a seleção final são os laboratórios de imunologia da Secretaria da Saúde. E você simplesmente recebe a informação da Secretaria: *“Este órgão é para este paciente”*. E você pega o órgão e transplanta naquele paciente da lista única. Dessa forma, se o indivíduo paga ou não paga o seu transplante é indiferente, porque a lista é única, quem distribui o órgão é a lista. A única diferença é que o indivíduo que quiser ser transplantado num hospital tipo hospital privado, porque seu seguro permite, ele pode ir para esse hospital; se ele não quiser, ele pode ir para o hospital público, porque a permanência, o lugar dele na fila está garantido e está sendo controlado pela Secretaria da Saúde. Quando você transplanta, você recebe um *fax* da Secretaria da Saúde dizendo para quem vai aquele órgão e você responde com outro documento dizendo: *“No dia tal, a tal hora, nós transplantamos fulano de tal”*. Assina o transplantador, e o Diretor Clínico do hospital é obrigado a assinar esse documento, a Administração é obrigada a assinar dizendo: *“Fulano de tal é quem foi transplantado nessa instituição”*. E a Secretaria simplesmente coloca nesse indivíduo transplantado. E, a partir daí, ela começa a mandar os formulários de seguimento desse paciente. Tudo controlado pela Secretaria de Estado da Saúde. De tal forma que esse sistema é um sistema incorruptível. Desafio alguém, inclusive o jornalista, ou qualquer outro jornalista, ou qualquer outra pessoa, a tentar burlar o sistema. O sistema é realmente muito seguro, muito adequado e extremamente transparente. E isso é uma coisa que tem de ser passada para o público, porque, quando nós fazemos essas CPIs que são muito importantes para averiguar a verdade, criamos no brasileiro uma sensação de que existe um problema na distribuição de órgãos. E isso é que fica passado. Então, isso repercute na doação do brasileiro. Acho muito



importante que se faça uma CPI como esta, mas também acho importante que, no caso de a CPI chegar à conclusão de que não houve nenhuma transgressão, que ela convoque a imprensa e diga: *“Olha, nós procuramos, nós sondamos, nós fizemos o que foi possível e, realmente, o sistema brasileiro de distribuição de órgãos é incorruptível”*, porque isso vai dar maior transparência ao sistema. E isso é muito importante porque nós já conseguimos, com a nossa organização, chegarmos a ser o segundo país que mais transplanta rins no mundo e, cada vez que acontece uma denúncia dessas, infundada, o número de doações desaparece. Todos nós já ouvimos a Gangue do Palhaço — os senhores se lembram. O que era a Gangue do Palhaço? A Gangue do Palhaço era uma suposta gangue que capturava crianças, que raptava crianças nos *shoppings* do País e, 2 dias depois ou 10 dias depois, a criança era encontrada sem um órgão, sem um rim, no caso. E isso vazou para a imprensa e causou uma enorme diminuição de transplante de órgãos. Nunca foi comprovado. Nenhuma delegacia do País recebeu um registro de um pai dizendo: *“Meu filho foi seqüestrado e, 7 depois, apareceu sem um rim”*. Mas nunca ninguém chegou para a população brasileira e disse: *“Olha, eu investiguei, fui em todas as delegacias, tentei saber se essa Gangue do Palhaço existiu ou não, e ela não existiu. Então, saibam os senhores que isso tudo era uma lenda urbana moderna”*, como o Serviço de Investigação Americana concluiu sobre essas histórias de tráfico de órgãos. Isso seria muito importante para o nosso País. Em relação aos fatos do Sr. Atháide Patreze — quero voltar a isso —, ele marcou uma consulta no meu consultório, onde ele queria saber quanto custavam os honorários médicos e quanto custavam os serviços hospitalares para fazer transplante de rim no Hospital Sírio-Libanês, não quanto custava um órgão. Quando o senhor vai a um médico, por exemplo, e quer operar a sua vesícula, o senhor vai ao médico e pergunta: *“Quanto o senhor me cobra para operar a vesícula? Quanto cobra o hospital para operar a vesícula?”* Então, tem um orçamento de honorários médicos e um orçamento hospitalar. Isso tudo é que foi o Sr. Atháide Patreze saber: quanto custavam os honorários e quanto custava o atendimento médico. Ele recebeu um orçamento hospitalar e recebeu um orçamento médico que de longe é muito mais barato do que o senhor mencionou e disse: *“Eu não posso arcar com essas despesas. Vou pensar”*. Levantou e foi embora e nunca mais voltou ao meu consultório. Pagou a



consulta, recebeu um recibo e foi embora. Eu sequer sabia que ele era jornalista. Portanto, eu nunca fui atrás dessa pessoa. Essa pessoa está sendo acionada por mim por uma ação de indenização por danos morais e por uma queixa-crime. Aqui está a ação. Meu advogado está aqui. Nós já entramos contra ele. Ele vai ter que provar na justiça como isso foi feito. Eu nunca fui atrás dele, ele é que me procurou. Ele me pagou uma consulta para saber o orçamento, como muitos fazem. Claro, o paciente vai e quer saber quanto custa o honorário do médico, quanto custa a parte hospitalar para ficar na fila. Ele recebeu essa orientação e falou: *“Bom, nesse caso vou continuar na mesma fila onde eu estava”*. Até porque nenhuma instituição cobra por órgão nenhum. Ao contrário, o Hospital Sírio-Libanês é um hospital que ajuda ao que se chama OPO Santa Casa. A OPO Santa Casa é a organização de procura de órgãos que está localizada na Santa Casa e que é responsável pela procura de órgãos de uma região da cidade de São Paulo. O Hospital Sírio-Libanês, assim como o Oswaldo Cruz, assim como o Samaritano, colabora com a instituição pública Santa Casa no intuito de ter essa organização funcionando. Essa instituição o que faz? Ela localiza os doadores daquela região, conversa com as famílias, ela não tem nenhum médico transplantador envolvido nela, ela conversa com as famílias, obtém a doação, comprova a morte encefálica, faz os exames laboratoriais e segurança do doador, retira os órgãos e coloca esses órgãos à disposição da Secretaria da Saúde. Tudo isso esses hospitais fazem, recebendo do Governo Federal pela tabela do SUS. E quando a Secretaria da Saúde seleciona o órgão, ela diz: esse órgão pertence a fulano de tal, ele é para ser transplantado naquele indivíduo, não importa em qual instituição ele vai ser transplantado, se ele vai ser transplantado no Hospital das Clínicas, no Hospital Albert Einstein, no Sírio-Libanês ou no Hospital Samaritano ou no 9 de Julho. Não importa. Aquele órgão, pelos critérios da Secretaria da Saúde, que são muito transparentes, estão abertos a todos, são controlados pela Procuradoria da Justiça, pelos pacientes, pelos transplantadores e pela própria Secretaria da Saúde, esse órgão jamais pode ser vendido, nem a posição na fila pode ser vendida, até porque não existe posição. Como eu disse aos senhores, o órgão é distribuído de acordo com uma compatibilidade que cada um de nós tem. São 6 números de tecidos que cada um de nós tem e que fica tipado e fica listado nos computadores da Secretaria da Saúde. Então, ninguém pode oferecer um



bilhete de loto, porque ninguém sabe quem vai ser o próximo cadáver e quais vão ser os números daquele cadáver e qual vai ser o número daquele receptor. Então, ninguém pode oferecer um órgão. É impossível você oferecer para qualquer pessoa um órgão, porque você não consegue. Então, não existe posição a ser ofertada, porque não existe mais posição na lista e não existe possibilidade de oferecer órgãos, porque os órgãos são selecionados de acordo com critérios. De tal forma que as afirmações dos jornalistas são falsas, porque eu jamais o procurei; dois, porque é impossível oferecer órgãos; três, porque o valor que lhe foi ofertado é um valor muito aquém daquele que ele declarou; quatro, porque ele me procurou para saber quanto custavam os honorários profissionais e hospitalares; e quinto porque ninguém neste País consegue comprar órgãos de cadáver distribuídos por Secretarias da Saúde, porque o sistema é extremamente transparente. É isso que eu queria informar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Elias David Neto pelas informações prestadas.

Vamos neste momento passar a palavra ao Pastor Frankembergen.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Dr. Elias David Neto, queremos fazer algumas perguntas. Em primeiro lugar, o senhor disse que não conhecia o jornalista Patreze, nunca o havia visto. A primeira vez que o viu foi quando ele esteve no seu consultório?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Foi. Depois que ele saiu, a minha secretária falou assim: "*Você sabe que esse indivíduo era um jornalista?*" Eu falei: "*Nem quero saber que ele era um jornalista*". Eu não o conhecia.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Quando o senhor faz uma... Quando atende a um paciente, o senhor se detém somente a conversar com ele com respeito ao caso restrito?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ao caso, claro.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Em nenhum momento, no diálogo, o senhor não chegou a saber que ele era jornalista?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Na verdade, no meu prontuário eletrônico a identificação do indivíduo fica numa outra tela. Então, na tela que eu visualizo eu só sei o nome e a idade do indivíduo. Seu eu quiser, eu vou na tela de identificação



profissional — endereço, tudo o mais. Mas eu sequer... Eu não presto atenção realmente nessas coisas, porque meu consultório é um consultório realmente ocupado, eu atendo um paciente a cada hora, desde as 2 até às 8 da noite, e eu me detenho absolutamente aos aspectos médicos da consulta, porque esses aspectos são demorados já, não aos aspectos sociais.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O senhor acompanhou ou chegou ao seu conhecimento a entrevista que ele deu na televisão? O senhor chegou a tomar conhecimento:?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Qual delas?

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Que ele havia procurado um médico e que esse médico havia lhe dado um valor e disse: *“Olha, quem é rico não precisa entrar na fila, e tal”*.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, eu só fiquei sabendo disso depois que eu fiquei sabendo dessa CPI. E aí eu fui saber por que eu estava nesta CPI. E aí me disseram que no ano passado ele teria feito um programa de televisão, que eu me recusei a ver — não acho que vá contribuir em nada para fazer o meu tempo para ouvir alguém fazer uma denúncia falsa. E depois eu ouvi... A única coisa que eu ouvi realmente foi o programa da *TV Bandeirantes* que também está sendo acionada por danos morais. Eu não sei como meu nome vazou.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Quando o senhor tomou conhecimento dessa notícia?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Quando eu fiquei informado que eu ia ser convocado para CPI, porque o Hospital Sírio-Libanês recebeu uma informação dizendo que um médico do Hospital Sírio-Libanês tinha sido citado como responsável por vender um rim. Como eu sou responsável pela equipe de rim, eu automaticamente fui convocado. Para ser bem honesto com o senhor, eu falei: *“Eu não me lembro desse paciente, eu acho que eu nunca o atendi”*. Aí eu fui ao meu prontuário e descobri que eu o tinha atendido no meu consultório.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O senhor lembra a data?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não lembro, mas sei que foi no começo do ano passado. Na verdade, ontem eu devia ter olhado essa data, mas eu tenho, claro, o



prontuário médico, ele está lá intocado e ele pode ser... Foi bem no início do ano passado. Eu me lembro vagamente da data.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Os pacientes que normalmente são atendidos pelo transplante, todos eles são atendidos via SUS ou tem algum procedimento particular, ou seja, na área privada?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Como eu disse para o senhor, a fila é única; quer dizer, o órgão é selecionado para ser dado para aquele indivíduo independente da sua condição social. Se o indivíduo tem um seguro de saúde ou tem recursos e ele quer ser transplantado em um outro hospital credenciado pelo Ministério da Saúde para fazer transplante, ele pode ser transplantado naquele hospital. Se ele... Naquele momento em que ele é selecionado para receber o órgão... Vamos supor que o indivíduo tivesse um seguro de saúde e tivesse se inscrito no Hospital Sírio-Libanês, mas no momento em que ele foi chamado o seguro de saúde rompeu com o Sírio-Libanês e não tem mais o credenciamento com o Sírio-Libanês. Então, existe um papel da Secretaria que o senhor preenche e encaminha aquele indivíduo com aquele rim para alguma outra equipe que é cadastrada no Ministério da Saúde que possa transplantá-lo, já que o seguro de saúde dele não cobre mais aquele hospital. Ele pode ir para um outro hospital onde seu seguro cobre ou ele pode ir para um hospital onde o seguro público cobre, que é a Previdência Social, que é um hospital público. Mas, novamente, o órgão é destinado àquele indivíduo e tanto faz qual é a condição social dele. Se ele quiser transplantar no Hospital Albert Einstein, no Hospital Sírio-Libanês, no Hospital das Clínicas...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Independente do SUS.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Independente do SUS, porque a lista é única para todas as pessoas, independente da sua condição social. Se o indivíduo quiser fazer economia para o SUS e se transplantar usando o seu seguro saúde, é muito bom que ele assim o faça, porque nós deixamos os leitos do SUS desocupados para aqueles indivíduos que efetivamente não têm recursos para pagar. Isso é muito transparente, porque, se a lista é única, tanto faz qual é a condição social do indivíduo. Existem indivíduos muito privilegiados que estão na fila há muitos anos, porque não conseguem uma compatibilidade entre os doadores que aparecem e a sua própria compatibilidade.



O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O senhor afirmou que o sistema é incorruptível.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É incorruptível.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O senhor acredita que com essa facilidade que tem, que a pessoa que tem recursos e que possa conseguir um hospital para que possa fazer o transplante, o senhor acredita que através desse mecanismo não pode haver um desvio do órgão?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Acredito que é impossível, Deputado, porque, como eu disse para o senhor, os órgãos não são oferecidos para os hospitais, os órgãos são oferecidos para a Secretaria da Saúde. Quem faz a tipagem daquele doador é o laboratório de histocompatibilidade da Secretaria da Saúde. Eles estão localizados no Hospital das Clínicas ou no Hospital São Paulo. E são esses 2 laboratórios que dizem para a Secretaria da Saúde quem é o indivíduo que é o mais compatível com aquele receptor. E é claro que essa compatibilidade é feita através de testes e o sangue, tanto do receptor quanto do...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Isso aí só no caso de rim?

O SR. ELIAS DAVID NETO - No caso de rim, isso no caso de rim. E esse sangue é claro que está lá armazenado para qualquer contestação, porque, eventualmente, um indivíduo pode contestar E dizer: *“Eu acho que eu era mais compatível que aquele”*. E aqui está o sangue da ambos para que isso seja comprovado a qualquer tempo. E as pessoas que fazem isso não têm nenhum envolvimento com nenhuma equipe de transplante, o que é muito importante. As pessoas da central sequer são transplantadores, eles simplesmente cumprem uma regra preestabelecida e que lhes é fornecida. De tal forma que o sistema de transplantes de órgãos de cadáver, no Estado de São Paulo, é incorruptível.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O senhor afirmou no Estado de São Paulo. E nos demais Estados e no Brasil?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu não posso dizer isso, porque não conheço detalhes. Eu acredito que seja da mesma forma, mas, como eu não conheço detalhes dos outros Estados, eu não posso afirmar. No Estado de São Paulo, eu conheço detalhes, eu conheço a fundo a organização. Eu participei da elaboração



desse consenso, eu presidi o consenso, existiam várias pessoas nessa decisão da Secretaria da Saúde — a Procuradoria da Justiça, os pacientes. E foi um consenso de que o sistema é muito legítimo, ele é muito transparente. Nos demais Estados, eu não sei como está funcionando exatamente. Se o sistema está totalmente implantado, como está implantado em São Paulo. Eu acredito que sim, porque as filas são únicas em todos os Estados. Mas com o sistema pronto, como ocorre no Estado de São Paulo, ele é incorruptível.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O senhor sabe que no sistema de saúde hoje, infelizmente, ainda existem muitas falhas. O senhor fala principalmente sobre o sistema de informática, no caso da computação, do controle, há muitos Estados, hospitais e clínicas, hospitais em especial, que não têm esse controle para saber de imediato os dados, ou seja, necessários para se saber, vamos dizer, a qualidade do rim para quem poderá recebê-lo. Existe, por exemplo, rim que pode vir aqui para São Paulo, mas de outro Estado. Não pode acontecer isso?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Pode, mas ele vai direto para a Secretaria de Saúde. Ninguém pode oferecer um órgão, mesmo que eu tenha um paciente... Vamos supor que eu tenha um parente que morreu na Bahia, e a família diz: *“Olha, quero doar o rim; mas quero doar especificamente para fulano de tal”*. Isso não é permitido por lei.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Só se for ...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Esse órgão tem que ser doado para a Secretaria de Saúde, entrar todo o processo novamente. Em relação aos outros Estados, o que posso dizer ao senhor, Deputado, é que o Ministério da Saúde proveu os recursos, anos atrás, para que todos os pacientes tivessem essa tipagem. E proveu os recursos para montar essas estruturas laboratoriais em todos os centros transplantadores do País, nas Secretarias de Saúde. De tal forma que acredito, pelo que tenho ouvido, que na grande maioria dos Estados brasileiros esse sistema está funcionando na íntegra. É claro que é muito menos complexo do que em São Paulo. Em São Paulo o senhor tem regiões de procura. Nós somos 32 milhões de habitantes, do tamanho da França. Então, só São Paulo requer uma organização do tamanho da requerida por um país. Existem as regiões de Ribeirão Preto, a região



de São José do Rio Preto, a região de Sorocaba, a região de Campinas. Na Grande São Paulo são 16 milhões de habitantes. Cada uma das 4 regiões é responsável por 4 milhões de habitantes, maior do que o Líbano. Digo isso porque sou libanês. Então, uma região de procura de órgãos de São Paulo é do tamanho de um país inteiro. É claro que o sistema organizacional de São Paulo é um pouco diferente do que naqueles lugares. Aqui em São Paulo, se não me engano, há vinte e poucas equipes transplantadoras de rim. É claro que num Estado onde existe só uma única...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Elas estão interligadas, sempre em contato, essas equipes?

O SR. ELIAS DAVID NETO - As equipes não precisam... Elas têm contato via Secretaria da Saúde. A Secretaria de Saúde tem a lista de todos os pacientes de todas as equipes listadas como se fosse uma única equipe. Só que, na hora em que é selecionado determinado órgão para determinado indivíduo, ele é direcionado para a equipe ir para o hospital onde aquele indivíduo se inscreveu. Ele assina um documento dizendo: *"Eu quero me transplantar no Hospital das Clínicas"*. E o Hospital das Clínicas assina o mesmo documento dizendo: *"Eu quero transplantar fulano de tal"*. Esse documento vai para a Secretaria da Saúde e entra no sistema dela. Então, acredito que o sistema é muito transparente.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Somente para concluir aqui. O senhor teve somente um contato com o Atháide Patreze?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Somente um contato.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Um contato. O senhor chegou a indicá-lo a outro médico?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, ele já veio de um colega, ele já está inscrito para transplantar em outro hospital público. E eu lhe disse que não haveria nenhuma vantagem em mudar de equipe, porque ele permanece na mesma posição na Secretaria da Saúde e não tem nenhuma vantagem. Então, ele me procurou, queria saber se o Hospital Sírio-Libanês poderia fazer alguma coisa diferente para ele. Eu disse que não, que o Hospital Sírio-Libanês pode oferecer serviços melhores de hotelaria, mas mais nada do que isso. Isso é público e notório. Eu falo isso a todos os meus pacientes. O hospital é extremamente eficiente, mas ele não tem



órgãos; quem têm os órgãos são as Secretarias de Saúde, elas que distribuem os órgãos.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Depois que o senhor tomou conhecimento que foi citado nesta CPI, o senhor procurou saber um pouco mais sobre o Athaíde Patreze? Se, por acaso, ele chegou realmente a ter contato com outro médico? Se ele foi transplantado?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Só procurei saber, através de meu advogado, da lista de processos contra ele. A única coisa que fiquei sabendo a respeito desse senhor é que ele tem uma lista de processos contra si, e não tenho nenhuma contra mim.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Rubinelli.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Dr. Elias, gostaria de perguntar ao senhor, que fez uma observação dizendo que nenhuma instituição aqui no Brasil cobra por órgão algum. O senhor não acha que seria, digamos assim, no mínimo prudente, que o senhor tivesse dito que desconhece que alguma instituição no Brasil cobre por órgãos? O senhor não acha essa afirmação um tanto quanto forte? Normalmente só colocamos a mão no fogo por nós mesmos. Não temos certeza do que os outros fazem.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Obrigado por ter me perguntado isso. Vou dizer para o senhor por que acho isso. Primeiro porque fui Presidente da Associação Brasileira de Transplantes. A sociedade começou muito pequena. Hoje ela tem um número muito grande de sócios, mas começou muito pequena. Eu tenho a honra de conhecer quase todos pelo nome. É claro que hoje, com tantos sócios e tanta gente mais jovem procurando essa sociedade, já não conhecemos tantos assim. Mas pelo menos os chefes de cada uma das unidades transplantadoras de cada um dos hospitais do nosso Estado eu conheço pelo nome. Essas pessoas não nasceram transplantadoras, elas são cirurgiões cardíacos que fazem transplante de coração; são cirurgiões gerais que, para viver, fazem transplante de fígado; são urologistas que fazem transplante de rim; são nefrologistas que fazem transplante de rim. Por que essas pessoas se envolveram nisso? Essas pessoas tinham a missão de tirar o País daquela situação de penúria em que estavam os transplantes no Brasil, há



muitos anos. E são todas pessoas de integridade muito grande, os chefes, os coordenadores. São pessoas que se meteram em risco sem precisar correr esse risco, porque, vejam, é muito mais fácil para um cirurgião cardíaco, por exemplo, operar coronária e receber seus honorários, do que fazer um transplante. Quando você faz um transplante, você se expõe muito. Então, essas pessoas, voluntariamente, entraram no sistema e assumiram um ônus. Como eu estava dizendo há pouco para meu advogado, fazemos transplantes de rim, melhor dizendo, o Brasil faz transplante de rim de cadáver antes de o Conselho Federal de Medicina dizer que a morte cerebral era morte. Ou seja, tiravam os órgãos das pessoas que os doavam sem que a lei reconhecesse que aquilo era a morte, porque a lei dizia que a morte era a morte. Todo mundo conhecia a morte como morte cardíaca. Só alguns atrás anos é que o Conselho Federal de Medicina, junto com o Papa e com todo o mundo, disse que a morte é a morte cerebral, não é a morte cardíaca. Mas o que aconteceu antes disso? As pessoas faziam os transplantes porque acreditavam, baseadas no mundo desenvolvido, que a morte encefálica era a morte verdadeira. Então, as pessoas se arriscaram a fazer transplantes. Por isso acredito, Deputado....

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, quero admirar

O SR. ELIAS DAVID NETO - ... conhecendo cada uma dessas pessoas, que realmente elas são incorruptíveis.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quero admirar no senhor essa sua fé nas pessoas, acho que é um direito seu. Só vou alertá-lo que infelizmente a vida é bem diferente disso. Acho que é muito forte o senhor afirmar que nenhuma instituição cobra por órgãos e que todas fazem tudo corretamente. O senhor sabe, se formos buscar na História, Jesus Cristo acreditava nos apóstolos, foi traído por Judas; Júlio César foi traído por Brutus, que era filho adotivo. Então, o senhor, particularmente, confia demais nas pessoas. Quando o senhor afirma que o sistema é extremamente incorruptível, por conta da fiscalização da Secretaria de Saúde, das Secretarias, devo dizer que isso também não é verdadeiro, pode existir corrupção dentro de ambas. Isso é algo extremamente possível. É possível também que haja esquemas de corrupção infiltrados nas Secretarias de Saúde dos Estados e do Governo Federal também. Recentemente, o senhor viu que houve a Operação Vampiros, no



Ministério da Saúde. Quem sabe, amanhã, não surge Jack, o estripador, para descobrir também irregularidades relacionadas a tráficos de órgãos.

Só gostaria de fazer esse alerta para o senhor, porque eu achei forte. Mas eu não posso, de maneira alguma, impedir que uma pessoa tenha uma fé inabalável em outras pessoas. Eu, particularmente, não confio cegamente em todo mundo e não colocaria a minha reputação em jogo por conta de dar aval para as outras pessoas de forma, digamos assim, incondicional. Mas é uma observação que eu fiz. Eu acho que o senhor tem todo o direito de acreditar nas pessoas.

Com relação a uma outra questão que o senhor abordou, que a CPI, constatando que não haja irregularidades, deveria reunir a imprensa e avisar a população, comunico ao senhor que isso não vai ser necessário, já constatamos várias irregularidades. A CPI, provavelmente, deverá ter alguns indiciados. A CPI, digamos assim, verificou que em vários casos houve irregularidades, sim.

Aliás, até vou citar um exemplo para o senhor. Quando o senhor fala que em São Paulo não existe irregularidade — nós tivemos um depoimento, em Brasília, esses dias —, recentemente, foi extraído córneas de um garoto, tinha uma fila em Belo Horizonte e essas córneas vieram direto para São Paulo, desrespeitando a fila em Belo Horizonte. E foram bem-vindas aqui. Ninguém questionou se existia fila em Belo Horizonte, ninguém verificou se a fila de São Paulo foi respeitada. O senhor vai ficar, digamos assim, surpreso.

O senhor entregou o seu currículo para nós, nós vamos entregar depois o relatório final da CPI para o senhor, a fim de tomar conhecimento das atrocidades que são cometidas, que estão sendo documentadas pela CPI.

O senhor sabia dessa questão desse garoto de Poços de Caldas, que as córneas vieram de forma irregular para cá?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Deputado, nós temos um problema de entender. Para nós, médicos — me perdoem —, transplante de órgãos significa órgãos sólidos. Quando o senhor fala córnea, para nós são tecidos. Os transplantes de tecidos eu acho que têm de ser melhor regulamentados, porque existe um problema: não existe compatibilidade. Existem outras coisas que têm de ser muito vigiadas. O senhor pode tirar tecidos de pessoas que não estão em Unidades de Terapia Intensiva; o senhor pode ir a um Instituto Médico Legal, e se o cadáver tem pouco



tempo de morte, ele ainda é um doador de córneas. Então, o senhor tem toda razão. Na parte de tecidos, eu acho que nós temos muita coisa para fazer. O que eu estava dizendo, perdão, na parte de órgãos sólidos — aí, eu me refiro a coração, pulmão, pâncreas, rim e intestino —, é muito mais improvável que essas coisas aconteçam. O senhor me desculpe, talvez eu não tivesse me feito entender.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Uma outra coisa também, doutor, o senhor analisou a questão, ainda em dúvida, digamos assim, da necessidade ou não da CPI. Lembro ao senhor e aos demais presentes que um dos fatos que culminou com a aprovação desta CPI no Congresso Nacional — aliás, aquilo foi um escândalo — foi quando aqueles brasileiros foram tirar os rins lá fora e voltaram com uma cicatriz enorme. Venderam seus rins lá por quanto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Valores de 7 a 21 mil dólares. Foram levados para a cidade de Durban, na África, brasileiros da cidade de Recife.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Veja o senhor, aquele foi um dos motivos. Além de verificarmos esse tráfico internacional de órgãos, nós, obviamente, na condição de CPI, estenderíamos essa questão também para o território brasileiro.

Agora, veja o senhor que a CPI não foi uma aventura. Quer dizer, foi um escândalo aquilo que o senhor pôde presenciar, viu na televisão, nos meios de comunicação. A CPI foi instaurada em boa hora, porque, realmente, tem como intuito de esclarecer os fatos. Por exemplo, hoje, aqui, a gente quer colabore conosco, mesmo porque o Jornalista Athaíde fez uma acusação grave contra o senhor, e nós, na condição de Deputados, membros do Parlamento brasileiro, temos de constatar se isso é verdadeiro ou não.

Eu gostaria de fazer outra pergunta ao senhor, com relação ao Jornalista Athaíde. O senhor falou que foi uma única vez ao seu consultório. Vocês tiveram contatos telefônicos outras vezes?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu tenho quase certeza de que não. Eu não me lembro... Talvez ele tenha... Eu não sei, realmente eu não sei. Depois da consulta, certamente não. Anteriormente, eu não sei se ele me ligou para saber alguma coisa. Às vezes as pessoas ligam e falam: "Olha, eu queria conversar sobre transplantes. Venha aqui." Anteriormente à consulta, eu não tenho certeza, porque não me lembro



de todos os telefonemas, mas, posteriormente, não. Eu queria fazer um aparte. Eu jamais disse que a CPI não é importante. Eu disse simplesmente que o sistema de transplantes, principalmente de órgãos sólidos, caso ele... A instalação de uma CPI causa mal-estar à população brasileira. Esses fatos que o senhor citou não são referentes a uma CPI de transplantes, mas de venda de pessoas. É como levar mulheres para fora, para prostituição, ou crianças para serem adotadas em outros países, sem a legislação adequada. A pessoa sair do País para se vender, seja venda de qualquer forma, seja trabalho escravo em algum lugar do país, seja para prostituição, seja para ser adotada, é um problema de tráfico de pessoas e não de tráfico de órgãos. Quando falamos em tráfico de órgãos, dá a sensação de que o sistema de transplantes é ruim. E não é. É o sistema brasileiro que não preserva seus cidadãos e permite que mulheres sejam levadas para fora para serem prostituídas, que crianças sejam adotadas por quem não devia, que algumas pessoas executem trabalho escravo. Mas esse não é problema de transplante de órgão, é problema de tráfico de pessoas.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Estamos começando a falar a mesma língua. Por quê? Porque quando o senhor alerta para esse problema, deixa muito claro que se existe isso é porque existe corrupção, em todos os âmbitos. Quando os Governos Estaduais e Federal, quando as Secretarias de Saúde Estaduais e Federal fecham os olhos e permitem que ocorram tais coisas, juntamente com os órgãos de segurança, é óbvio que existe um esquema de corrupção, que existem máfias atuando nos bastidores. Fico preocupado com essa fé do senhor nas pessoas. Tome cuidado. Às vezes nós confiamos demais nas pessoas.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não estou querendo defender as pessoas, estou querendo defender o sistema de transplantes, que foi montado com tanto carinho pelos brasileiros e que hoje ocupa um espaço internacional muito importante. Quando uma pessoa vai para um país trabalhar sem registro na carteira, sem condições adequadas, caracterizando trabalho escravo, não é um problema do Ministério do Trabalho, mas de tráfico de pessoas. Quando alguém vai para fora para se prostituir, não é um problema do Ministério da Mulher; quando alguém vai vender órgãos fora do País, não é um problema na área de transplantes do Brasil, mas de preservação da pessoa, não tem nada a ver com o sistema de transplantes



brasileiro. Se alguém vem aqui e convence um brasileiro a ir para fora do Brasil trabalhar como escravo, para se prostituir ou para doar órgãos, não é um problema do sistema de transplantes, mas do sistema brasileiro. Estou defendendo o sistema de transplantes.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Queria dizer para o senhor que estamos investigando o sistema de transplantes e também essa questão, que é conexas. Além de haver tráfico de pessoas e de órgãos, houve também, aqui, toda uma avaliação dessas pessoas antes de irem para lá. Essas pessoas passaram por exames médicos e depois é que viajaram. Então, existe sim.

O senhor falou na fé do Sistema Brasileiro de Transplante. Muito embora o senhor tenha dito que existe diferencial entre transplante de órgãos e transplante de tecidos, fico imaginando quando aquelas pessoas, os deficientes visuais de Belo Horizonte, descobrirem que estão numa fila — e já sabem disso — aguardando as tão sonhadas córneas, que podem beneficiar duas pessoas diferentes, que, de forma criminosa, sai de Minas e vai para São Paulo. Então, essa fé que o senhor tem no sistema de transplante brasileiro é muito bonita, e eu gostaria de tê-la também, mas, infelizmente, pelo que já estou constatando na CPI, fico muito preocupado. E oxalá um dia eu possa ter essa fé que o senhor tem hoje. Por enquanto, acho que ainda tem muito que melhorarmos ainda. O senhor não concorda comigo?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro, o senhor tem toda a razão. A Associação Brasileira de Transplantes está fazendo um esforço muito grande para criar uma regulamentação de transplante de tecidos, porque isso é uma coisa que precisa ser feita com urgência, nós sabemos. Mas isso precisa ter um documento básico para que as secretarias e o Ministério possam utilizar. Existem divergências, mas, com certeza, a nossa associação está se esforçando muito em prover rapidamente um documento que sirva como base para o Ministério da Saúde poder efetivamente regulamentar a distribuição de tecidos, porque isso é uma coisa necessária e, mais do que isso, não acaba. Dá a impressão de que o senhor faz tecido; tecido é só córnea. Não. Hoje transplantamos ossos, pele, couro cabeludo, face, orelha. Enfim, temos que criar uma regulamentação. Quando se fala em regulamentar tecido, ou se faz uma regulamentação para córnea, que nós já temos mais ou menos imaginada



na cabeça, ou nós fazemos uma de todos os tecidos. É que cada vez que você faz um tecido aparece um novo. Então, estamos sempre correndo atrás do prejuízo. Mas rapidamente vamos, se Deus quiser, prover uma forma para o Ministério da Saúde poder regulamentar o transplante de tecidos. O senhor tem toda a razão em tecidos.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Doutor, o que o senhor acha? Qual o motivo que o Sr. Athaíde iria num programa de televisão? O senhor é inimigo pessoal dele? Teve alguma desavença?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, eu fiquei assustado, porque, um, ele foi, como todos os meus pacientes, extremamente bem tratado, recebeu um... Ele foi procurar uma resposta ou o que ele foi procurar, um orçamento sobre custos médicos e hospitalares. Ele saiu do meu consultório extremamente em paz comigo. Nós não tivemos nenhum atrito. E eu fiquei surpreso em saber. Eu acho que, em princípio, esse indivíduo não citou o meu nome num programa de televisão. Disseram-me que, no primeiro programa que ele fez, ele não citou o meu nome. Então, eu acho que ele quis, de alguma forma, tirar alguma vantagem do prestígio do Hospital Sírio-Libanês, porque ele jamais falou no meu nome. E depois talvez ele tenha sido argüido — e aí tenha dito — “quem foi o seu interlocutor?”. Mas, de fato, o interlocutor não o procurou. Ele é que procurou o interlocutor.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor falou que ele foi procurá-lo para saber custos médicos. Isso ele não poderia obter sem ter que passar por uma consulta? Ele não poderia, na parte administrativa do hospital, ligar e perguntar quanto ficaria esse orçamento hospitalar, em vez de marcar uma consulta com o senhor?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro. O indivíduo pode fazer o que ele quiser. Agora, o problema é o seguinte: nós não transplantamos qualquer indivíduo sem uma avaliação, porque, às vezes, ele quer saber não só quanto custa, mas seu risco. Então, vamos supor, o indivíduo precisa ouvir que, quando ele faz um transplante, ele tem 5% de chance de morrer, ele tem 10% de chance de perder o órgão. Então, ele precisa ouvir, porque o transplante não dá sempre certo. Qualquer procedimento médico tem um risco inerente. Então, quando o indivíduo marca uma consulta, ele não marca especificamente para saber honorário. Ele marca para



saber honorário, saber quanto custa o hospital e, em seguida, saber se ele é transplantável e quais os riscos que ele corre. Isso só dá para fazer numa consulta médica. É claro que o orçamento depende das comorbidades. Se o indivíduo é um coronariopata grave, ele tem que saber que primeiro ele precisa operar a coronária para transplantar. Se o indivíduo tem angina, mas ele não tem indicação cirúrgica para operar, ele precisa saber que o risco dele é maior do que o outro. Se o indivíduo é pré-diabético — vamos supor, ele é obeso e tem uma família de diabéticos —, ele precisa saber que ele vai ter 40% de chance de ficar diabético depois. E essas coisas precisam ser faladas para o indivíduo para que ele não alegue, *a posteriori*, que ele não sabia das suas complicações. E isso só dá para fazer... nenhuma secretária é capaz de fazer isso. Requer uma consulta, onde o sujeito sabe quanto vai custar, de acordo com as suas comorbidades.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Certo. O senhor tem alguma fonte de renda, além do salário que o senhor recebe como profissional, como médico?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu tenho, sim, senhor. Eu tenho imóveis.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - São imóveis que são, no caso, locados, é isso?

O SR. ELIAS DAVID NETO - São locados. Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor tem alguma conta no exterior?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Eu tenho uma conta, recentemente aberta, para receber honorários. Eu faço parte de um *board* internacional que fiscaliza estudos científicos para o Federal Drug Administration.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor não tem nenhuma conta e nenhum investimento em um país fora do Brasil?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, eu tenho uma conta para receber honorários desse *board* de que faço parte, aberta recentemente, que será declarada à Receita este ano, porque a declaração será o ano que vem, e é explicitamente aberta para receber os honorários provenientes dessa participação, que é uma reunião mensal que a gente faz, um *conference call*. É exigência do FDA que um grupo de investigadores fiscalize os estudos internacionais, e eu fui honrado em ser escolhido como um desses investigadores. E a gente ganha por hora trabalhada na



conference call. Para isso é preciso abrir uma conta, é preciso declarar a conta. É tudo muito legítimo. E essa conta eu acabei de abrir.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor tem algum investimento — eu perguntei conta —, o senhor tem algum investimento em outro país?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Nem no Líbano, que é o país de origem do senhor?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Meu pai é herdeiro dos bens eventuais que o pai dele tenha deixado. Ele tem uma terrazinha pequena no Líbano, que eu tive a honra de conhecer. Ele tem outros irmãos. São seis irmãos no total. A terra é muito pequenininha. Eu acho que ele vai acabar deixando para a irmã que continua morando lá. Ele é o herdeiro, não sou eu. E eu acho que ele tem que deixar para ela mesmo, porque ela foi a única que cuidou dessa terra e acabou perdendo um filho na guerra. E acho que ele vai fazer isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Certo. Muito obrigado. Qual a sua relação com o Sr. Luiz Estevam Ianhez?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O Sr. Luiz Estevam Ianhez é meu chefe no Hospital das Clínicas. Ele é o Diretor Clínico da Unidade de Transplante Renal, e eu sou Diretor Científico.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, a relação dele com as coordenações das Centrais de Transplantes... qual é a relação dele com as coordenações de Centrais de Transplantes?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ele é o chefe do transplante renal do Hospital das Clínicas. Como coordenador do Hospital das Clínicas, tem essa relação de receber telefonemas, dizendo que aquele órgão está alocado para este ou para aquele paciente. Eventualmente, todos os médicos podem ser chamados para pertencer a comissões da secretaria. Eu não sei se, como Diretor do Hospital das Clínicas, ele foi convocado para alguma dessas comissões.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A última pergunta que vou fazer para o senhor — depois vou passar a palavra ao Presidente —: como funcionava o sistema de pagamento de transplantes? Eles eram todos feitos pelo SUS, ou existiam alguns que eram pagos à parte?



O SR. ELIAS DAVID NETO - Onde? Em que hospital?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Como o senhor falou que o senhor conhece tudo, então fala de uma forma geral para mim.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Então eu vou falar. Se o indivíduo vai ser transplantado no hospital, que é público, e ele não tem nenhum seguro de saúde, os honorários são pagos ao hospital, porque o hospital recebe do SUS. Os honorários não são pagos para os médicos. Os médicos dos hospitais públicos ganham salário. Então, mesmo que aquele procedimento gere honorários médicos, os honorários médicos permanecem na instituição pública. Na instituição privada, o senhor combina um honorário com o paciente, como o senhor combina um honorário, por exemplo, para fazer uma apendisectomia. Ou, então, se o senhor tem um acordo com a seguradora, o senhor tem um honorário estabelecido já previamente com a seguradora e recebe direto da seguradora, por exemplo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Está bem. Sr. Presidente, por hora, já terminei as perguntas. Então, eu passo a palavra a V.Exa.

Muito obrigado, Dr. Elias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Elias, há quanto tempo o senhor trabalha no ICHC?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Acho que faz uns 22 anos, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o seu primeiro transplante realizado no Brasil?

DR. ELIAS DAVID NETO - Meu primeiro transplante foi, como membro dessa equipe, em 1982.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem era o chefe da equipe?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Professor Emil Sabbaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece Emil Sabbaga há muito tempo?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Conheço há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Considera-o um bom médico transplantador?



O SR. ELIAS DAVID NETO - O Dr. Emil Sabbaga é o pai dos transplantes do Brasil e da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso significa dizer que todas as demais equipes de transplante do Brasil foram credenciadas ou...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Foram treinadas por ele, no mínimo, o de rim, porque ele realmente foi quem estudou em Harvard, quando os transplantes começaram lá, veio para o Brasil, teve o pioneirismo, junto com o professor José Geraldo de Campos Freire, de montar a Unidade de Transplante Renal no Hospital das Clínicas. Foi ele quem realizou o primeiro transplante de rim na América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele faz transplante pelo SUS?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Atualmente acho que não, porque ele já se aposentou como professor da faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ele já fez transplante pelo SUS?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Na Faculdade de Medicina, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fora da faculdade?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu não sei. Que eu saiba ele trabalha no Hospital Oswaldo Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele trabalha há quantos anos no Hospital Oswaldo Cruz?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, todas as equipes transplantistas do Brasil foram treinadas por ele?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Todas eu não digo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Praticamente, as mais antigas, que são responsáveis pelo credenciamento das novas, praticamente.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Quem é responsável é o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o treinamento?



O SR. ELIAS DAVID NETO - O treinamento hoje é feito em várias instituições, porque existem hoje várias instituições preparadas para treinar. Naquela época, 20 anos atrás, basicamente o Hospital das Clínicas era o centro treinador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor mora em São Paulo há quanto tempo?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu nasci em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Gugu?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Gugu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, Liberato.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Conheço na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já assistiu o programa dele na televisão?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Já passei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sílvio Santos?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o repórter Cid Moreira do *Jornal Nacional*?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Carlos Nascimento da *Band*?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca viu o Athaíde Patreze apresentando nenhum programa de televisão em São Paulo?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Nunca. Eu não o conhecia. Eu sou um sujeito muito distraído, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Athaíde Patreze o senhor nunca o viu, não sabia que ele era apresentador?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Nunca o vi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Depois que o senhor ouviu falar dele, o que o senhor ouviu falar dele e me conte um pouco sobre a história dele?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O senhor me desculpe, eu não ouvi falar coisas boas do Sr. Atháide Patreze e acho que não devia falar mal das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas hoje o senhor sabe que ele é jornalista?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Hoje eu sei que ele é um jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Apresentador de televisão? Já foi apresentador de programa?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ouvi dizer que ele tinha um programa na televisão, não sei nem em qual emissora, mas sei que ele tinha um programa. Eu nunca assisti ao programa dele. Sou um sujeito que me considero ocupado para assistir ao programa do Sr. Atháide Patreze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sempre fez transplante pelo SUS?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, como eu disse para o senhor, eu faço transplantes pelo SUS no Hospital das Clínicas e por convênios, por convênios e particulares no Hospital Sírio-Libanês e no Hospital 9 de Julho. Já fui o chefe de transplante de uma instituição chamada Hospital Matarazzo, que fazia transplante pelo SUS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto o SUS paga por um transplante de rim?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Para quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para o hospital e para a equipe que faz o transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O total de um transplante é em torno de 15 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De rim?

O SR. ELIAS DAVID NETO - De rim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esse total é dividido entre a equipe médica e despesas hospitalares?



O SR. ELIAS DAVID NETO - Mais ou menos são... Direito eu não sei, mas são uns 10 mil reais de hospital e uns 5 mil de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto o Sírio-Libanês cobra de despesas hospitalares?

O SR. ELIAS DAVID NETO - As despesas hospitalares do Sírio-Libanês é em torno de 25 a 30, depende do tempo de estada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E uma equipe médica cobra quanto para fazer um transplante particular?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Cinquenta mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cinquenta mil reais mais 25 de despesa hospitalar.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Vamos dizer assim. Temos acordos com seguradoras, quando a gente cobra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a seguradora com que vocês têm acordo já firmado que cobre transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - A Sul América, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quanto tempo a Sul América cobre transplantes no Brasil?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Faz muitos anos. Muito antes da lei, eles cobriam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi a primeira seguradora a cobrir?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Foi a primeira seguradora, que eu me lembre, a cobrir foi ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A cobrir transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, as seguradores de classe, tipo CASSI, tipo... essas que são de associação de funcionários, elas já cobriam anteriormente. De seguradoras, que eu me lembre, acho que foi a Sul América a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os transplantes realizados pelo senhor: a maioria é feita pelo SUS ou pelo Sírio-Libanês?

DR. ELIAS DAVID NETO - De longe pelo SUS. Nós fazemos 120, 130 transplantes de rim no HC.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em que período?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Um ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só a sua equipe?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Só a minha equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E 120 transplantes de rim por ano?

O SR. ELIAS DAVID NETO - De 120 a 130. Este ano temos uma meta de ampliar para 200.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor só faz transplante de rim?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Rim e pâncreas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Rim e pâncreas.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É. E no Sírio-Libanês nós fazemos 20 por ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vinte por ano. Então, no SUS sempre é a maior parte?

O SR. ELIAS DAVID NETO - É, porque assim que a distribuição de pessoas na fila... Existe muito mais gente que tem seguro de Previdência Social do que pessoas que têm seguro privado. Então, como a fila é única, a distribuição obedece à mesma distribuição de cobertura de seguros de saúde, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor disse que o sistema de transplante no Brasil é incorruptível?

O SR. ELIAS DAVID NETO - De órgãos sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De órgãos sólidos.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Que eu conheça, ele é. O senhor sabe que a gente tem uma associação, nós temos os nossos congressos. Eu nunca ouvi falar, numa conversa, dizendo: "Olha, sabe, fulano está fazendo tal coisa em tal lugar e todo mundo..." Quando existe uma estória e a sociedade vai lá investigar, sempre descobre que existiu e que a estória é maior do que os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já fez parte da equipe de transplante do MG Sul Transplantes?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca?



O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, senhor. No Minas Gerais Sul, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca atuou em Minas Gerais?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Já passei em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca atuou como médico transplantista em Minas?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. Claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Luiz Ianhez, seu chefe?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conhece o seu irmão, Álvaro Ianhez?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já ouviu falar alguma denúncia contra ele?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor sabe quantas denúncias têm contra esse médico, Álvaro Ianhez?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe qual o teor da denúncia?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu sei uma estória de que... O que eu sei sobre o Dr. Álvaro Ianhez é que ele conseguiu montar em Poços de Caldas uma equipe de transplantes extremamente ativa. Era um dos programas de transplantes mais ativos de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia que a equipe funcionava sem o credenciamento no sul de Minas?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O senhor sabe como funciona o credenciamento, excelência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tenho noção.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Então, eu vou explicar para os senhores como funciona. Isso é uma coisa que vale à pena, porque é o seguinte. Nossa equipe faz



transplantes há pelo menos 15 anos no Hospital 9 de Julho, sem nunca haver nenhum credenciamento, porque esse credenciamento foi exigido a partir do Ministro Serra, na sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A partir de 1997.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Então, de repente... Foi em 1997? Desculpe-me, então. De repente, chegou um decreto dizendo: a partir de agora, os senhores têm de ser cadastrados. Então, o que fizemos? Preenchemos os papéis, são vários papéis, muitos mesmo. E entregamos à Secretaria da Saúde, no caso, por exemplo do Hospital 9 de Julho. Quanto tempo o senhor acredita que entre entregar o documento e sair no Diário Oficial levou, sem que houvesse nenhuma solicitação de um novo documento? Por que é claro, se entrega um documento e está faltando, eles podem pedir esclarecimentos. Mas não havendo nenhum pedido de esclarecimento, quanto tempo o senhor acha que demorou entre entregar os documentos e sair no Diário Oficial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu não acho nada.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Um ano, o que significa que uma equipe que trabalhava há 15 anos num hospital fazendo transplantes regularmente, de repente teve a sua atividade interrompida, porque o Ministério da Saúde baixou uma regulamentação que foi entregue e que ele demorou um ano para publicar no Diário Oficial sem pedir nenhum documento, ou seja, ele interrompeu a atividade da nossa equipe por um ano, até que ele publicasse. Eu não sei se isso é legítimo. Eu não sei se o Dr. Álvaro que, tradicionalmente... Como nós damos o título de especialista em transplantes ou em nefrologia? São os transplantadores mais antigos que se reúnem numa sociedade, credenciam essa sociedade na Associação Médica Brasileira e começam a dar para os mais jovens o reconhecimento de que aquele jovem é transplantador. Quer dizer, o indivíduo faz transplante há 15 anos, sei lá, há 20 anos, tem o maior centro transplantador daquela região, de se admirar. Os senhores conhecem Poços de Caldas, o indivíduo tem um grande centro transplantador, é de se admirar. De repente vem alguém e diz assim: você não pode mais transplantar só porque você não tem o papel que o Ministério não lhe deu, mas a sociedade já lhe deu, porque faz 15 anos que o senhor transplanta na sociedade desta região. Eu não sei se isso é importante o quanto parece. Quer dizer, é claro que um documento



é importante, mas no momento em que o indivíduo tem os requisitos que o Ministério diz que é preciso ter para transplantar, se ele tem ou não a aprovação, é uma coisa de tempo, é uma questão de conseguir. O fato é que ele tinha um direito adquirido. O indivíduo era o maior transplantador daquela região e resultados bons. E de repente lhe foi cassado esse direito. Eu não sei por que eles não solicitaram ou, se solicitaram, se não tinha sido aprovado. Como eu não sei esses detalhes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia que hoje o MG Sul Transplantes e o Hospital que ele trabalhava está descredenciado pelo SUS para fazer transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu acho injusto, mas eu sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que o SUS está sendo injusto?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu acho, porque esse indivíduo é um indivíduo que demorou muito, a sociedade pagou muitos tributos para treinar essa equipe. E esse treinamento é difícil de conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia que essa equipe hoje responde a 17 processos na Polícia Federal por irregularidade no sistema?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, não sabia. O que eu quero dizer é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas essas informações não tinham de chegar à ABTO?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Essas informações chegam à ABTO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor não sabia? O senhor foi Presidente da ABTO, o senhor falou.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro, eu sei de informações. O que eu quero dizer novamente para o senhor é o seguinte: quando o senhor fala que o indivíduo transplantou em hospital não credenciado, o que significa isso? Significa uma interrupção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A coordenação de transplante dele era clandestina. A MG Sul Transplantes nunca existiu. A MG Sul nunca foi credenciada. Além do hospital, a central de captação não era credenciada.



Existe denúncia contra ele também que, além de ser coordenador da central, ele participava da captação e do transplante, contrariando a Lei de Transplantes, que diz que quem participa da captação não pode participar do procedimento.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É verdade. Mas o senhor sabe que em muitos lugares, por isso que eu falei para o Deputado, que uma coisa é a gente olhar para São Paulo, onde a gente contrata profissionais com as organizações de procura de órgãos. Outra coisa é o senhor olhar para o interior de Minas Gerais, que é um Estado desenvolvido, mas que eventualmente o senhor não consegue indivíduos diferentes, nem pagos por alguém, para fazer a procura. O senhor entende? É difícil que o intensivista queira assumir o ônus de fazer isso, que a secretaria se disponha a ter uma organização de procura de órgãos para que o transplantador possa transplantar. Então, é muito difícil, Excelência criar uma lei, que funciona bem em São Paulo e querer que isso também funcione adequadamente em alguns lugares mais longínquos, onde o médico transplantador, infelizmente, ele é o intensivista, ele é o transplantador, ele é o procurador. Isso não é errado. Por exemplo, na Espanha, que é um dos maiores procuradores de órgãos, os hospitais transplantadores são os maiores procuradores. Isso é legítimo, porque lá esse é o sistema que funciona. Em São Paulo não é. Eu não sei se no Rio Grande do Sul existe a enfermeira de captação, o sistema lá é melhor para eles do que o de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor sabia, por exemplo, que lá em Poços de Caldas, no caso do Álvaro Ianhez, que o senhor está falando aí que conhece e sabe da sua capacidade, existia uma central de transplante que era clandestina, que não tinha credenciamento, existiam médicos que não eram credenciados e faziam transplantes, que não existia uma fila. A fila da região não obedecia à fila regional, que é a fila estadual, que alguns órgãos eram tirados de lá e levados para o Instituto Pedro Burnier, em Campinas, e as pessoas que recebiam o transplante tinham de fazer uma doação para o Instituto Burnier. Lá em Poços de Caldas, algumas pessoas para receber o transplante tinham de fazer uma doação para um instituto criado na cidade. Existia um acordo entre o hospital da Santa Casa e os médicos da cidade da desobrigação das necropsias dos pacientes que chegavam ao hospital por morte violenta. Então, havia um acordo entre os médicos legistas que os laudos de morte cerebral, de morte encefálica, os



exames de arteriografia, os laudos não precisavam ser escritos era só verbal. Então, havia em Poços de Caldas uma série de fatores que caracteriza a formação de um grupo especializado para captar ilegal, para retirar ilegal, para transplantar ilegalmente, para cobrar doações e, ainda por cima, vimos, por meio de auditoria feita pelo SUS, que alguns procedimentos eram cobrados do SUS e cobrados também da seguradora de saúde.

Isso começou com a denúncia. Hoje existem 17 inquéritos abertos contra as mesmas equipes médicas. Alguns já foram denunciados por acelerar morte de paciente para retirada de órgãos, captação ilegal. E eu lamento que a ABTO não tenha se manifestado sobre o assunto.

O SR. ELIAS DAVID NETO - A ABTO não é uma organização de investigação. Quando exige a investigação, a ABTO até manda os seus especialistas para entender o processo, porque, como eu disse para o senhor, existem particularidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E, se não me engano, na época, era o irmão do Álvaro Ianhez, o Luiz Ianhez, que era o conselheiro da ABTO.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Todo ex-Presidente vira conselheiro público por 4 ou 6 anos. O que a ABTO sabe — a gente não entrou em detalhes, porque esse processo já está na mão da Justiça, e a gente poderá ser ouvido como técnico, eventualmente —, o que ficou registrado na ABTO é que o grupo havia sido punido por não ter o registro no Ministério da Saúde. Isso que é que nós... Por isso que eu lhe dei aquela explicação anteriormente. Porque esses registros demoram e, nesse ínterim, é como se proibisse o médico de exercer sua atividade. Isso é uma coisa que talvez devesse ser olhada com mais carinho pelo Ministério. Mas eu não sabia de todos esses outros detalhes que o senhor está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor junto com o Emil Sabbaga também foi um dos responsáveis pela autorização da equipe de transplante de Taubaté?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ninguém, nenhum médico autoriza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Treinamento, parcerias? Existe uma relação. Foi...



O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu não me lembro se algum médico de lá treinou com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Rui Noronha do Sacramento, o Mariano Fiori?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O primeiro acho que... Eu não me lembro se treinou conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Antônio Aurélio Monteiro de Carvalho?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Esse eu não lembro, esse não treinou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mariano treinou? Mariano Fiori?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não. O nome não é estranho. Não sei se treinou com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Rui Noronha do Sacramento?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Sacramento. O nome eu conheço, mas eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele trabalhou no ICHC.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É. Eu não sei se ele treinou com a gente, não me lembro. A gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O que me chama atenção é que todos esses médicos que nós estamos investigando passaram pelo IHC, ICH.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Todos. Naquele época, a maioria passava. Só para o senhor ter uma idéia, hoje eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ou o professor não ensinou bem a lição, ou eles...

O SR. ELIAS DAVID NETO - ... eu tenho 8 pós-graduandos, hoje, em vários lugares do País. É difícil de se guardar o nome de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Falando sobre o sistema de transplante no Brasil, no caso de Taubaté, os médicos lá disseram que eles começaram o trabalho autorizados pelo — autorizados, não, na verdade, eles receberam o aval do Dr. Emil Sabbaga. Em Taubaté, há um caso interessante. Os



médicos estão indo a júri popular por acelerar a morte de paciente por retirada de órgãos. Apesar de toda demora do processo, agora, nós tivemos depoimento de duas enfermeiras, que são testemunhas oculares de alguns fatos ocorridos dentro das salas de transplante. O sistema foi fechado em Taubaté, em 1987. E, na época, diziam que o sistema foi montado lá para abastecer São Paulo. Nós temos depoimento do delegado que apurou o inquérito, que diz que os órgãos retirados do Hospital público de Taubaté — que era para vir atender ao Hospital público de São Paulo — iam direto para a mão do Emil Sabbaga, no Hospital Oswaldo Cruz.

Com o fechamento de Taubaté, desse caso, nós tivemos, em 1991... A Polícia do Uruguai denunciou médicos brasileiros por estarem trazendo uruguaios para fazer transplantes no Hospital Oswaldo Cruz. Com os seus familiares, eles vinham — o mesmo caso de Brasil e Durban — eles traziam uruguaios para o Hospital Oswaldo Cruz e alguns outros hospitais que estão sendo investigados. E eles tinham também os seus rins retirados. E, novamente, envolveu-se o nome do Dr. Emil Sabbaga nesse processo. O senhor chegou a tomar conhecimento desse caso de 1991?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu só fiquei sabendo do caso de Taubaté, mas eu não sei detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas esse caso foi divulgado na imprensa de São Paulo. Nós temos vários recortes de jornais. O senhor não acha estranho que a ABTO, que os médicos transplantistas do Brasil não tenham tomado conhecimento dessa denúncia do Governo uruaio? Não é de um pai emocionalmente abalado pela perda de um filho, não é de um parente emocionalmente abalado por desconfiar de um médico, foi do Governo do Uruguai, da Polícia uruaia e da Embaixada do Uruguai. Denunciaram o Hospital Oswaldo Cruz, denunciaram o Governo brasileiro e os médicos brasileiros por trazerem uruguaios para terem os seus órgãos retirados aqui no Brasil.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É estranho, porque a ABTO, certamente,... Eu não fiquei sabendo dos uruguaios, eu não fiquei sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos depois enviar um relatório para a ABTO, para que...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na verdade, não é só a ABTO, não, o Ministério da Saúde também é totalmente irresponsável em relação a esse assunto. Até hoje eles não têm sistematização de nenhum dado sobre essas denúncias que surgem, mas que sempre foram tratadas como lendas urbanas, como historiazinhas. Fico pensando se essas lendas não foram inventadas até pelos profissionais da área para que, quando surgisse uma denúncia séria, fosse tratada da mesma forma.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque sempre, no Brasil, tráfico de órgãos humanos foi tratado como lenda urbana, como história da carochinha. Sempre a pessoa que denuncia é uma pessoa emocionalmente abalada, que está transtornada, e não se está em condições psicológicas de acreditar numa denúncia dela, entendeu? E, no caso de Taubaté, o que mais me chamou a atenção é que o médico que denunciou, denunciou, não, que pediu ajuda do CRM para apurar as irregularidades, quase teve o registro do CRM cassado. E os médicos que foram denunciados receberam um tipo de louvor do CRM pelo trabalho prestado na cidade.

O SR. ELIAS DAVID NETO - O CRM é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De São Paulo, que estou falando.

O SR. ELIAS DAVID NETO - ... É uma entidade séria. Eles devem ter motivos para fazer isso. Eu Não sei quais foram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Luiz Alcides Manreza?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O Manreza eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É bom médico?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Muito bom médico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o papel dele dentro do CFM?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não sei qual é o papel dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor faz parte da equipe de transplante do Brasil há quanto tempo?



O SR. ELIAS DAVID NETO - No Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Como disse ao senhor, desde 1982, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Senhor conhece algum trabalho do Manreza em relação ao CFM, alguma comissão importante que ele participou?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu conheço vários trabalhos do Dr. Manreza. Ele publica muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe que ele foi um dos membros responsáveis pelas normas técnicas do conceito de morte encefálica do Brasil?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele é um profissional ilibado nessa área?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Perito bom?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Perito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, nesses 2 casos em que houve denúncia, tanto no caso de Taubaté quanto no caso de Poços de Caldas, o Manreza deu o seu depoimento. No caso de Poços de Caldas, ele disse que os procedimentos adotados quanto ao diagnóstico de morte encefálica do menino Paulo Pavesi estavam errados, porque eles haviam tomado medicamentos antidepressivos, e ele não conhece nenhuma situação em que uma pessoa submetida ao medicamento antidepressivo tenha se submetido a exame de arteriografia 4 horas após tomar o medicamento e que não constasse que ele tivesse morte encefálica, porque o medicamento poderia provocar isso.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Pode falsear.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Falsear a informação. No caso de Taubaté, ele foi chamado pelo CRM para fazer uma perícia nas chapas de arteriografia e ele periciou e comprovou que os pacientes estavam vivos, que havia fluxo, que as chapas de arteriografia comprovaram que os pacientes estavam vivos. E, mesmo assim, o CRM desconsiderou o relatório de Manreza, e o Plenário do



CRM de São Paulo desqualificou o relatório dele, inocentou os médicos e acusou o médico que havia denunciado os colegas.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É. Eu não conheço os detalhes, Excelência, mas agradeço as suas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas vamos nos ater, então, aqui. No caso do Athaíde Patreze, o senhor afirma, então, perante a CPI, que o senhor nunca se dirigiu ao Athaíde Patreze, oferecendo a ele um rim por 50 ou 100 mil dólares?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Jamais na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor aceita uma acareação entre o senhor e o Athaíde Patreze?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Na hora em que o senhor desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI vai solicitar uma acareação. Porque ele, em programa de televisão, foi ao programa e afirmou... Ele veio a esta CPI e disse que até não queria citar o nome do senhor, ele citou depois de muita insistência da Comissão, porque havíamos dito que íamos convocar todos os médicos do Sírio-Libanês para descobrir quem era.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele entregou sigilosamente o nome do senhor — foi citado aqui na CPI, por isso, nós o convocamos —, mas ele, em depoimento à *Band*, após sair da CPI, ele reafirmou, em programa de televisão, que o valor cobrado de 50 mil dólares - inclusive disse que vendeu uma BMW dele, e que um desembargador, Fulano de Tal, deu não sei quantos mil dólares para ele, um advogado, alguns Parlamentares...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Já fez o transplante dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É isso aí que nós queremos saber.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ele não fez o transplante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não fez o transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Que eu saiba, não. Eu não transplantei ele, não sei se alguém o transplantou. Conosco ele não transplantou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele afirmou aqui que não fez o transplante. Mas ele confirmou para a imprensa — aí ouvi o senhor falando da *Band*, que vai....

O SR. ELIAS DAVID NETO - Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... processar, acionar a *Band* —, mas eu sou testemunha de que o Athaíde disse às emissoras que o dinheiro pedido pelo senhor era além dos custos para pagar o rim mesmo...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ótimo, então. Mas acontece que as pessoas podem falar o que querem, Excelência. Eu não posso proibir língua de ninguém de falar, nem que seja uma bobagem. O fato é que, na nossa legislação, quem acusa é que tem que provar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já teve alguma outra acusação sobre essa questão de transplante no Brasil?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, eu já tive, uma vez, uma reportagem que saiu sobre o meu nome e que, novamente, foi investigada, e foi comprovado que eu não tinha nenhum problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E foi investigado por quem?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Foi investigado pelo Conselho Regional de Medicina, pela Justiça Comum, pela Secretária da Saúde, pela Associação Brasileira de Transplantes. E nada foi comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque, nesta denúncia, o jornalista Hélio Gaspari afirma que, em determinado momento, o senhor era médico transplantista do ICHC, e havia uma disponibilidade de retirada de órgão num paciente, que foi oferecida, mas a equipe médica do ICHC...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Recusou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... recusou, porque disse que a equipe não estava completa. E o senhor fazia parte dessa equipe.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É, eu estava de férias. Isso foi muito bem documentado. Meu nome foi citado pela responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor estava de férias do hospital ou estava viajando?



O SR. ELIAS DAVID NETO - Estava viajando. E algum membro da equipe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E, novamente, a denúncia diz que esses órgãos, cuja retirada foi rejeitada no ICHC, foram aproveitados no Sírio-Libanês, e diz que o senhor foi que fez o transplante no Sírio-Libanês.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É, mas é claro, porque é assim que funciona. O senhor leu a denúncia e, depois, o senhor, provavelmente, leu a minha resposta também. Que a *Folha de S.Paulo*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor fez o transplante no Sírio-Libanês?

O SR. ELIAS DAVID NETO - A minha equipe fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não estava presente?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A sua equipe fez o transplante. Desses membros da equipe do senhor quantos, também, fazem parte da equipe de transplante do ICHC?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Nessa época, ninguém fazia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ninguém, só o senhor?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Só eu fazia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tudo bem.

O SR. ELIAS DAVID NETO - É que o ICHC tem, todo dia, um médico diferente de plantão. E os critérios de aceitação de um órgão variam, eles não são fixos. E, eventualmente, um médico pode não aceitar um órgão para um determinado receptor... Por exemplo, vamos supor que seja um órgão de um doador de 65 anos, que seja oferecido para um garoto de 18 anos na lista do Hospital das Clínicas. O médico que está lá — e que tem toda liberdade porque o médico responde pelos seus atos, apesar das chefias —, ele pode achar que aquele órgão não se presta para aquele receptor. Então ele diz para a central: “Eu não aceito para este receptor”. E aí ele tem que explicar, existe um papel em que você escreve por que você recusou o órgão. E aí a central oferece para o próximo da fila. Se o próximo da fila coincidir de ser na outra instituição, e o outro médico da outra



instituição achar que para o receptor dele aquele órgão é aceitável, isso pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor disse que o sistema de transplante no Brasil funciona bem.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Funciona bem. Isso é funcionar bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor acha que um órgão não ser aproveitado num hospital em que tem uma equipe de transplante credenciada por falta de médico transplantista é funcionar bem?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Naquela época, Excelência, nós tínhamos um problema, que foi resolvido. Eu sou apenas um médico do Hospital das Clínicas, não sou o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas sem o senhor, ninguém faz nada lá.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Todos fazem independente de mim. Neste momento, nós estamos fazendo 4 transplantes de rim lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, mas pergunto-lhe o seguinte: o senhor não estava presente, mas a equipe...

O SR. ELIAS DAVID NETO - A equipe é capaz de ..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... mas a equipe não poderia ter feito a captação do órgão lá, o transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Naquela época, Excelência, como está bem respondido na minha resposta, o Hospital das Clínicas não tinha leitos à disposição para qualquer número de procedimentos de transplante. Então, só para o senhor entender como funciona o hospital, como funcionava e como funciona hoje: nós temos 23 leitos na Unidade de Transplante Renal. E cada um dos subserviços, do câncer... porque o Hospital das Clínicas é um hospital universitário, ele não é feito só para fazer transplante, então existe uma disputa entre salas cirúrgicas e disputa em leitos. Então, vamos supor: a neurologia tem "x" leitos, o câncer tem "x" leitos, e eu só podia, naquela época, usar os meus próprios leitos. Então, se eu tivesse 23 pacientes internados, diferentemente dos outros hospitais por aí afora, eu só podia usar aqueles 23 leitos. Então, quando eles estavam cheios, o senhor recusava porque não tinha disponibilidade física — não era equipe, era disponibilidade física



do hospital. Aí, o que aconteceu? Depois que aconteceu isso, houve uma reunião das diretorias do hospital, e o hospital resolveu disponibilizar leitos em qualquer lugar do hospital para que nunca mais acontecesse isso e também disponibilizar equipes. Porque, vamos supor, naquela época, o médico do Hospital das Clínicas ganhava um salário de 1.200 reais por mês para trabalhar das 8h ao meio-dia. Se ele fizesse um transplante de 1h da tarde até as 8h da noite, ele não recebia nenhum tostão a mais. Se ele trabalhar de noite, ele não recebe a mais, aquela equipe ganha aquele salário para fazer todos os transplantes. Então o cirurgião vai lá... Não é fácil fazer 120 transplantes por ano. O cirurgião vai lá, faz um transplante. Hoje nós estamos fazendo 4. Daqui a pouco, você chama ele, ele faz outro transplante. Daqui a pouco, você chama ele, e ele fala: "Eu não quero mais fazer transplante hoje". Então, a partir dessa situação, o Hospital das Clínicas proveu leitos a mais para que a gente pudesse fazer qualquer número de transplantes e proveu cirurgiões extras para que a gente pudesse fazer mais trabalho do que aquela equipe estava dimensionada para fazer. A partir daí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O ICHC hoje faz transplante de quê?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O ICHC faz de rim, de pâncreas, de fígado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Faz de córnea?

O SR. ELIAS DAVID NETO - De córnea, é feito na Oftalmologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como o senhor falou sobre tecidos e órgãos, o senhor conhece a legislação de transplante?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Lei nº 10.211?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O número da lei eu não sei, mas se o senhor disser o texto dela, provavelmente, eu vou lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe que comprar e vender órgãos e tecidos no Brasil é crime?:

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro, todo mundo sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem conhecimento disso?



O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Comprar e vender órgãos ou tecidos?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Córnea é tecido?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Córnea é tecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Comprar córnea é crime no Brasil?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Teoricamente, pela lei, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas é crime ou não?

O SR. ELIAS DAVID NETO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sabia que o Brasil importa... que tem médicos, no Brasil, importando córneas?

O SR. ELIAS DAVID NETO - É porque existe essa disponibilidade em alguns países. Eu não sei como funciona exatamente isso. Porque, como eu falei para o senhor, os tecidos, principalmente córnea, não fazem muito parte da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor sabe, então, que existem médicos no Brasil que estão importando córnea?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, isso eu não sei. Eu sei que existe essa possibilidade porque eu leio a literatura mundial. E eu sei... eu frequento muito congresso, eu sei que existem países que disponibilizam órgãos. Nós já recebemos, por exemplo, vários rins dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês pagaram por eles?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, os órgãos não são pagos, eles são disponibilizados. Quando, por exemplo, não existe nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quando eles vêm dos Estados Unidos, vêm para atender ao SUS ou vão atender aos particulares?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Nós recebemos no Hospital das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês recebem constantemente?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não, não, recebemos no passado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Passado? Há muito tempo?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Faz uns 15 anos, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje não recebem mais?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Hoje não recebemos mais porque eles têm uma capacidade de transplantar muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O setor de Oftalmologia do Hospital das Clínicas, hoje, faz importação de córnea?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tem... Então o senhor não...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Córnea é uma coisa que não faz muito parte da ABTO. Eles fazem mais parte da Sociedade de Oftalmologia. É difícil atrair medula óssea e córnea para a Associação de Transplante de Órgãos sólidos porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que a ABTO, então, não cuida da... é Associação Brasileira de Transplantes, por que coloca órgãos e tecidos?

O SR. ELIAS DAVID NETO - De órgãos. Então, nós estamos tentando fazer isso, mas o senhor não consegue atrair, porque somos uma sociedade científica. A gente quer promover que todos os transplantadores venham se juntar a nós. Mas não necessariamente um especialista pode querer permanecer mais ligado à Sociedade de Oftalmologia, à Sociedade de Hematologia do que à Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, entende? É mais difícil o senhor conseguir convencer. O que a gente tem nos nossos... O senhor vê, mesmo o fígado tem a Sociedade de Transplantadores de Fígado. Mas eles fazem parte da ABTO também. Então, é mais fácil o senhor atrair os órgãos sólidos porque os problemas são comuns. Quando o senhor faz um congresso, o sujeito vai assistir a uma conferência sobre infecção, esses problemas são comuns a todos, sobre imunossupressão, são comuns. Mas, em córnea e em medula, os problemas não são os mesmos, então os fóruns são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu citei o problema das córneas porque o senhor disse que é médico transplantista há tantos anos,



questionou o Deputado ali sobre a pergunta do órgão, dizendo que córnea não é órgão, córnea é tecido, portanto...

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu só esclareci aqui como a gente enxerga isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estou dizendo isso, justamente porque tivemos a informação de que há médicos fazendo importação de córneas no Brasil.

Para nossa surpresa, há uma portaria do SUS autorizando a importação. Questionado sobre o porquê são importadas, o coordenador do SUS disse que as córneas são importadas por pacientes que estão na fila e pagam particular pela importação. Quer dizer, há 100 na frente dele, mas os 100 não podem pagar. Como ele pode pagar, ele paga a importação, passa na frente dos 100 e recebe a córnea na frente. E aí o SUS paga o transplante dessa córnea que veio de fora. Temos 28 mil pessoas na fila do SUS aguardando por um transplante.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Como eu disse, isso precisa ser regulamentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu perguntei: por que o SUS não importa para os pacientes do SUS? Para nossa surpresa, o coordenador disse que há um entendimento da classe médica brasileira de que as córneas importadas não têm boa qualidade.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Provavelmente por isso é que são exportadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se não têm boa qualidade, então por que o SUS paga por transplante de córneas que não têm boa qualidade?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu não sei explicar isso, Excelência. Digo ao senhor que isso precisa eventualmente ser regulamentado e que isso não é um coisa tão simples. Precisa ser urgentemente regulamentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Rubinelli, deseja fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, Sr. Presidente, já esclareci as dúvidas que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pastor Frankembergen.



O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Somente uma curiosidade com relação ao tempo de duração de um transplante de rim.

O SR. ELIAS DAVID NETO - A cada 5 anos fazemos uma avaliação. É claro que essa avaliação é feita com os imunossuppressores da década anterior. Hoje, estimamos que um transplante, em média, dure 15 anos.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Não, refiro-me ao tempo de cirurgia.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Ah, a cirurgia dura em torno de 3 a 4 horas.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - O horário dos médicos normalmente é das 8h às 12h; são de 4 horas. Portanto, só daria para ele fazer um transplante se ele começasse às 8h. Se ele começar às 10h, ele vai entrar no outro horário. Como fica a situação?

O SR. ELIAS DAVID NETO - O Hospital das Clínicas hoje provê várias equipes para a gente que possam cobrir 24 horas sem que um atrepele o horário do outro. Vamos supor, se o transplante vai entrar à tarde, será feito pela equipe da tarde, e não pela equipe da manhã.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Nem todos os transplantes são programados com antecedência.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Nada. Eles aparecem de madrugada, em geral. Então, esse é um problema. Hoje, conseguimos resolver, porque o SUS admite hoje pagar extra para um indivíduo que sai de casa às 8h da noite e vai operar até às 2h da manhã. Isso não era admitido uns anos atrás. Era crime um médico do hospital público receber um salário extra. Como se concilia isso? Por isso que digo que havia uma norma. Essa norma precisou ser mudada para melhorarmos os transplantes. Hoje, temos uma equipe que ganha salário de manhã, uma equipe que ganha salário à tarde e temos os plantonistas à noite. O sujeito não pode sair de São Paulo, mesmo que não tenha transplante. Ele fica na casa dele. Isso não é considerado plantão. Só é considerado plantão se ele for chamado. Mas de fato o indivíduo não pode beber, ele não pode sair para jantar com a esposa dele, ele não pode nada. Então, de fato ele estaria de plantão, mas os médicos aceitam ficar nesse dia em casa aguardando a chamada. Se forem chamados, eles recebem um extra de salário para fazer esse transplante. O senhor imagina como foi difícil



implantar esse sistema dentro de um hospital público, como é o Hospital das Clínicas.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Apenas uma última pergunta. O senhor faz parte da equipe de transplante de São Paulo há muito tempo. Já existiu um acordo, recentemente ou desde a época em que o senhor começou, que dos órgãos captados pelas equipes de transplantistas, no caso dos rins, um ficaria para o SUS e o outro iria para o hospital particular?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Já existiu esse esquema. Ele funcionava antes do esquema atual. Dizendo assim, dá uma sensação; contada a história, a sensação é outra. Vou explicar ao senhor porque as coisas aconteceram. Se olharmos a história americana, vamos ver que isso aconteceu em todos os lugares do mundo. Em São Paulo, há 20 anos, existiam basicamente 3 hospitais que faziam transplante de rim: o Hospital Matarazzo, o Hospital das Clínicas e o Hospital São Paulo. O que acontecia? Não existia captação, não existia procura, não existia nada. Esses hospitais faziam uma escala. Segunda-feira é o Hospital das Clínicas, terça-feira é o Hospital das Clínicas, quarta-feira Hospital São Paulo, quinta-feira Hospital Matarazzo e assim por diante. Sábado e domingo era feito um rodízio. Só que chegou uma hora em que esses hospitais não davam mais conta de fazer o seu transplante, a captação, porque existiam muito mais doações. Estava aumentando o número de transplantes. O que aconteceu? Estavam-se perdendo órgãos. Então, os hospitais privados foram chamados a socorrer os hospitais públicos. Eles eram obrigados a manter uma equipe de reserva todos os dias. Vamos supor, segunda-feira tinha um hospital privado na reserva do Hospital das Clínicas. Terça-feira tinha um hospital privado na reserva do Hospital das Clínicas. O que eles faziam? Eles ajudavam na captação quando o hospital público não era capaz de captar. Quando eles faziam isso, o que eles recebiam? Eles recebiam um órgão, por exemplo, se eles tivessem alguém na fila. Qual a vantagem desse sistema na época? A vantagem é que os órgãos se perdiam, porque o sistema público não era capaz de captar. Os hospitais privados eram exportadores de órgãos, porque, como as filas deles eram muito pequenas, eles não eram capazes de absorver os órgãos que eles captavam. Então, eles faziam um grande serviço, porque eles mandavam um coração, um fígado, um rim, uma córnea para o hospital público e ficava



eventualmente com um rim só. E o sistema cresceu. Chegou uma hora em que os hospitais privados, que são empresas, perceberam que se eles aumentassem a sua fila, eles poderiam ter mais órgãos. Eles começaram a fazer isso. Nesse momento, pelos controles da Secretaria da Saúde, descobriu-se que o sistema já não era mais correto, porque ele beneficiaria os hospitais privados. Nesse momento, a Secretaria, junto com a ABTO, solicitou um novo modelo. Foi aí que organizamos o Consenso Estadual de Transplantes, em que os transplantadores se reuniram, fizeram a proposta, e aí foi mudado o sistema dessa forma de procura para a atual organização de procura de órgãos, onde os hospitais privados continuam ajudando os hospitais públicos, igual a antigamente, mas eles não ficam com órgão nenhum. Todos os órgãos vão para a fila única. Qual a vantagem desses hospitais? A vantagem desses hospitais é a vantagem filosófica. Eles são filantrópicos. Por exemplo, o Hospital Albert Einstein procura numa região sozinho, em São Paulo. Ele não tem nenhuma vantagem com isso. Ele dá todos os órgãos para a Secretaria da Saúde. Claro que se os pacientes dele forem privilegiados naquela seleção, eles vão receber o órgão, mas não há nenhuma vantagem em se fazer isso, a não ser pela filantropia. O Sírio-Libanês faz exatamente a mesma coisa. Então, o sistema que funcionava bem, porque os hospitais eram exportadores de órgãos, passou a funcionar mal porque os hospitais viraram consumidores de órgãos. Nesse momento, a Secretaria mudou e criou o sistema atual de fila única. Isso já faz muitos anos, em que todos os hospitais continuam colaborando, só que agora colaborando com a fila única. Contado dessa forma, entendemos por que foi montado esse esquema na época pela própria Secretaria da Saúde: porque os órgãos se perdiam. Imagina uma família querendo doar e não tendo ninguém para captar aquele órgão. Era o que estava acontecendo. Então, tivemos de reverter a situação. Foi um momento justo, aconteceu em vários países do mundo. Pertence à história. Como consentimento presumido, que hoje não existe mais, veio para a história do Brasil precocemente. Foi preciso extinguir a lei do Senador Lúcio Alcântara. Era uma lei extremamente boa para o Brasil, só que não era o momento. Foi preciso voltar atrás. O Presidente Fernando Henrique extinguiu a lei por decreto. Vamos ter de esperar mais uns 10 ou 15 anos para que a população chegue e fale: por que não fazemos o consentimento presumido? E faremos novamente, porque a lei veio muito antes.



Então, a cada momento da história do País, tem que ser tomada uma decisão. Naquela época, essa decisão foi a melhor para o País, depois passou a não ser mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor sabia que essa revogação da Lei nº 9.434, a doação presumida, só veio por causa da denúncia de Poços de Caldas?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Nós fizemos um levantamento com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo mostrando que antes de a imprensa falar sobre a lei, 75% das carteiras de habilitação — há até um *slide* sobre isso — diziam “sou doador de órgãos”. Quando a lei estava para entrar em vigor, porque a imprensa começou a discutir esse problema de “talvez eu não esteja morto” ou “talvez tirem meus órgãos de qualquer jeito, sem consentimento”, patati, patatá, as pessoas começaram a ficar com medo e começaram a mudar a sua posição. Aí, dos 75% a 80% que diziam “sou doador”, 75% a 80% começaram a dizer “não sou doador”. Se isso continuasse, em breve não teríamos mais doadores, porque aquilo passaria a ser um testamento que nenhuma família poderia mudar. Nesse momento é que pedimos para o Presidente mudar a lei, para o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o problema dessa lei não era a obrigatoriedade de estar escrito “doador” ou “não-doador”, não. Se estivesse só assim, a lei ia funcionar. Olha, se o cidadão brasileiro tiver a expressão “doador” na carteira de motorista, chega ao hospital, está morto, é doador, esse é doador automático. O problema é que a lei deixou uma brecha dizendo que o cidadão que não colocasse na sua carteira a expressão “doador” ou “não-doador”, esse, sim, era doador automático. Então, não aumentou a doação porque muitos colocaram na carteira que eram doadores, não. Porque o número dos que não colocaram “doador” ou “não-doador” é 10 vezes maior dos que haviam optado. Então, quando ele chegava ao hospital, esse era o doador automático. Aí é que estava o problema. Se a lei tivesse determinado colocar a expressão “doador”, então o doador chegou ao hospital, está escrito, ele é doador automático. Aí, se fizesse uma campanha: “Gente, vamos fazer uma campanha para que todos possam colocar sua opção na carteira de identidade”. Movidos pelo sentimento de compaixão, poderíamos ter, no início, 5% da população com a expressão “doador”.



Depois, 10%, depois 15%, depois 20%, depois 30%, depois 40%. Mas o grande problema dessa lei, e acredito que foi proposital, foi essa frase: que o que não tem escrito “doador” ou “não-doador”, esse, sim, é o doador potencial. Foi quando aumentou a doação. A quantidade de pessoas que não têm acesso à informação... Há médicos que não conhecem a lei de transplante, quanto mais um cidadão que mora lá no interior do Amazonas, no Nordeste, que não tem informação, que não lê jornal. Esse não vai se preocupar com esse negócio. Há gente que tira carteira de identidade num Estado, muda para outro e nunca mais muda. Quantos brasileiros não têm carteira de motorista porque precisa ficar renovando todo ano? Só têm de identidade, que tira uma vez. Então, ele tira uma carteira de identidade. Se ele for chegar a um hospital e na carteira de identidade dele não houver a expressão “não-doador”, ele é doador automático. Aí é que foi o problema, porque a quantidade de brasileiros que tiram carteira de identidade e nunca mais vão renovar a carteira, por algum problema, é infinitamente maior do que os que têm um problema na carteira de identidade e têm que tirar segunda via. Aí, sim, podem fazer a opção.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Claro, a ABTO alertou o Senador Lúcio Alcântara, na época, sobre todos esses problemas. Na verdade, a gente queria que isso viesse antecedido de uma grande campanha, talvez até durante as eleições o indivíduo declarasse ao mesário se ele era doador ou não-doador. Houve várias sugestões naquela época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Podiam falar que o cidadão está dando o voto e está dando órgão ainda. Isso é crime eleitoral.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Houve várias sugestões de como viabilizar. Quero novamente dizer ao senhor que os transplantadores eram contrários à lei. Eles achavam que iria existir... O senhor pode ver todos os programas de televisão que fizemos naquela época, os transplantadores diziam “nós vamos continuar falando com as famílias”, como definitivamente continuaram isso. Nós achávamos que a lei era muito precoce para o momento que vivia o povo brasileiro. A gente não era a favor da lei. A lei veio pelo Senado, foi aprovada na Câmara. Os transplantadores começaram a olhar, então, os aspectos positivos. Tentar vender essa idéia de que quem não é doador talvez não devesse ser receptor. Se não quero doar meu órgão para o senhor, quando eu morrer, quando eu precisar, eu



tenho o direito de pedir para o senhor o seu órgão? Então, houve várias filosofias a respeito, mas a Associação disse “essa lei, embora seja boa na Suécia e em alguns países do mundo, ela é provavelmente muito precoce para o Brasil, e nós vamos continuar pedindo autorização para as famílias”. Essa foi a posição dos transplantadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para encerrar, então o senhor confirmou para nós aqui que, em um tempo recente da história do transplante no Brasil, havia um esquema onde os hospitais particulares que fizessem a captação dos órgãos, no caso de órgãos duplos, poderiam então tirar um órgão, ficar com um e dar o outro para o SUS. E esse que ele ficava, ele exportava, ou seja, atendia o paciente, o hospital ou a cidade que ele queria. É isso?

O SR. ELIAS DAVID NETO - Eu não disse que havia um esquema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, o senhor falou várias vezes esquema, a palavra.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Havia uma decisão da Secretaria de Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor pode até dizer agora que é decisão, mas o senhor falou várias vezes que havia um esquema. Havia um esquema, foi feito um esquema.

O SR. ELIAS DAVID NETO - Desculpe, Excelência, sou um sujeito muito sério. Eu disse que a Secretaria da Saúde optou por uma organização em que não se perdessem os órgãos que eram doados, porque o sistema público não estava capacitado a captar todos os órgãos, e se valeu dos hospitais privados. Nessa época a Secretaria da Saúde percebeu que ela ia tirar vantagens do trabalho dos hospitais privados, porque eles não eram capazes de transplantar os órgãos que eles retiravam. Os hospitais públicos foram repletados de órgãos nessa época. Quando a Secretaria percebeu que isso estava se invertendo, ela propôs aos transplantadores que fizessem uma mudança, e daí surgiu um consenso. Então, na verdade, foi uma análise de dados feita pela Secretaria da Saúde, onde se notou que aquela forma de procurar órgãos não estava mais funcionando, estavam-se perdendo órgãos. Foi proposta uma organização. Esse é o sinônimo do esquema, uma organização do sistema, de tal forma que os órgãos não se perdessem mais.



Com isso, os hospitais que colaboravam ficavam com um dos órgãos duplos. Foi isso o que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos o depoimento prestado pelo Dr. Elias David Neto. Neste momento, declaramos encerrado esse depoimento. Agradecemos a presença de V.Sa. aqui conosco.

Vamos, até as 14h, dar um intervalo para que as pessoas possam almoçar. Retornaremos às 14h. *(Pausa.)*

Vamos fazer uma ratificação. Vamos ouvir mais um depoimento. Depois vamos para o almoço e ouvimos os demais. Convidamos a Dra. Lenita Machado de Melo Bueno Bassi para tomar assento à mesa.

Vamos solicitar, neste momento, à Secretaria da Comissão que conduza a uma outra sala os outros depoentes lá de Taubaté. Vou liberar para o almoço, enquanto isso, para depois retornar. Os de Taubaté: o Magno e o Ciro João Bertoli. Estão dispensados neste momento.

Vamos tomar o depoimento da testemunha. O Regimento Interno da Comissão diz que os depoimentos têm que ser tomados em separado e que os citados no mesmo caso não podem participar de oitiva de testemunha. Então, os demais estão liberados, esses 2, o Ciro e o Magno, para retornar daqui a alguns minutos. *(Pausa.)*

Dra. Lenita Machado, boa-tarde. Pode usar o microfone. Nós estamos aqui pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, que foi instalada com a finalidade de investigar irregularidades no sistema de transplante e tráfico de órgãos humanos no Brasil. Em recente depoimento prestado àquela Comissão, uma das enfermeiras fez citação ao nome de V.Sa. como a médica que em um dos casos em Taubaté, onde elas estiveram presenciando o fato, havia, em determinado momento, tido uma discussão com os médicos neurocirurgiões sobre a possibilidade de aplicar uma anestesia no paciente. E na época elas disseram que a senhora colocou dificuldade, não queria participar daquele procedimento, não soube explicar por que, mas que a senhora, mesmo assim, depois veio e deu apenas uma anestesia chamada inalação, do “cheirinho”, e se retirou da sala. E a gente achou interessante ouvi-la para saber qual, na verdade, foi esse fato, o que a senhora sabe lá do caso



de Taubaté, se a senhora se lembra dessa cena que aconteceu? A Comissão quer a colaboração da senhora.

Nós vamos pedir para ligar o microfone, não sei se está ligado.

Antes, vamos fazer uma apresentação da Dra. Lenita, para que os demais tenham conhecimento. Então, a senhora está aqui para colaborar com a CPI, colaborar com a CPI. As informações prestadas pela senhora serão importantes para nós. Então, nós queremos contar com a sua colaboração aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Queria que a senhora fizesse esse juramento que está na sua frente aí para a nossa Comissão.

Por favor, coloque o microfone na direção dela.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, nós advertimos a depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código de Processo Penal: *“art. 342 - Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete em processo judicial, policial ou administrativo em juízo arbitral”*.

Com a palavra, então, pelo tempo de até vinte minutos, a depoente Dra. Lenita Machado de Melo Bueno Bassi, ou pelo tempo que achar necessário, se um minuto ou dois minutos, para falar sobre o caso, sobre o período em que a senhora trabalhou no hospital de Taubaté. Tem o tempo necessário neste momento.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu vim a tomar conhecimento desse fato da enfermeira há poucos dias. Nunca ouvi falar isso. Não houve nenhuma discussão ou briga da minha parte com nenhum deles. Vou relatar o que eu me lembro e o que consta dos autos. Acho que já fiz essa, dei essa declaração para o delegado. Existe um processo não só no Conselho Regional e Federal de Medicina, mas existe um processo judicial na Justiça Comum. E já no ano passado foi feita nova requisição pelo juiz. Então, já passei por todos. Então, do que me lembro eu fui chamada pelo cardiologista da UTI, porque estava havendo esse ato de retirada de rins no centro cirúrgico. Eu era a plantonista do dia, e eles não estavam conseguindo ligar o oxigênio, porque o oxigênio no centro cirúrgico



vem através do carro de anestesia. E o paciente veio da UTI com ambu, que é uma forma de ventilação manual, e eles estavam querendo passar para o aparelho, colocá-lo no oxigênio, e não estavam conseguindo. E foi essa a minha participação. Nunca houve isso de brigar com ninguém, ter essa discussão. Não houve. E, inclusive, quando me foi relatado, domingo passado, esse fato das enfermeiras terem contado o que aconteceu e tudo, eu comentei com o Dr. Kalume, que foi quem me contou. Ele falou: *“Você foi chamada para a Comissão Parlamentar de Inquérito?”* Falei: *“Não, não fui”*. *“Não, seu nome foi citado lá em Brasília, você deve ser chamada”*. Isso não tinha aparecido nem tem no livro dele, nunca foi comentado, não conhecia a história que as enfermeiras presenciaram. Aí eu falei: *“Não aconteceu comigo, eu não presenciei isso”*. Aí ele falou: *“Não, você não estava na sala.”* Eu realmente não presenciei o que elas relataram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora conhece o Kalume há muito tempo?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Conheço, já trabalhei... Taubaté não é tão grande, então, os médicos, a gente que é médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se pudesse direcionar o microfone.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Assim? Não estou acostumada a ser celebridade. A gente que é médica há 25 anos.. Taubaté era bem menor, então a gente se conhece, acho que a grande maioria dos médicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é um bom médico na cidade?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É um bom médico, conceituado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conhece alguma coisa que desabone sua conduta como médico?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não conheço, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora conhece o Pedro Henrique Torrencillas, o Rui Noronha Sacramento, Antônio Aurélio e o Mariano Fiore?



A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Conheço. Não privo da amizade deles, mas conheço. A gente conhece a grande maioria dos médicos na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora trabalhou no hospital de Taubaté quanto tempo, no hospital universitário lá?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Essa retirada de rins aconteceu no Hospital Santa Isabel, de Clínicas, hoje Hospital Regional. Não foi no hospital universitário. Eu trabalhei lá mais de 10 anos. Não sei por que, eu não faço mais anestesia há muito tempo. Então, eu saí do hospital, tenho impressão que em 1991.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na época em que você trabalhava no hospital, você foi chamada alguma vez para participar dessa equipe...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...que foi montada no hospital para fazer transplante lá?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, porque o serviço de anestesia funciona por plantão. Então, como é uma coisa que é uma emergência, não é uma cirurgia eletiva, nada que seja marcado, então é chamado o plantonista. Quem está de plantão é que recebe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora tinha conhecimento, na época, que tinha uma equipe médica que fazia transplante no hospital?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, esse foi, parece, que o primeiro caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a senhora nunca participou de nenhum procedimento cirúrgico de retirada de órgãos?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não. Foi o primeiro caso, que foi até citado porque eu me lembro porque foi em uma festa Natal do hospital e eu não cheguei a tempo na troca dos presentes porque havia sido chamada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Normalmente no hospital, quando começava um serviço novo no hospital, a equipe médica não era chamada



em uma reunião para falar que ia começar um novo procedimento aqui, um novo trabalho?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, nós não fomos avisados. Para mim foi realmente uma surpresa. E me chamaram, foi essa a coisa, que era para eu ajudar a ligar o oxigênio na sala, não era um ato anestésico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nesse caso lá de Taubaté, a senhora tomou conhecimento do caso depois da denúncia como?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Depois da denúncia? Por vários fatos. Quando o Kalume publicou um livro e me avisou que eu era uma personagem do livro. E aí começou a sair na televisão, no jornal, no rádio e eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quando a senhora ouviu essas notícias no rádio, na televisão, a senhora fez uma reflexão, se lembrou de algum episódio que no dia não notou nada, mas agora veio à tona e clareou para senhora o porquê daquele procedimento, o porquê daquela movimentação no hospital?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Infelizmente, não. Infelizmente, eu não, eu já... Não me recordo de nada que possa ter desconfiado. Sabe, alguma coisa que fosse ilegal, imoral, ilícita. Eu não me recordo. Não me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a senhora nunca participou da equipe?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora não se recorda dessa data em que, supostamente, tenha havido uma discussão entre a senhora e a equipe?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Certamente não houve. Eu não discuto. Essa é uma coisa que... A todos de Taubaté que passarem aqui o senhor pode perguntar. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque a enfermeira aqui depois disse que a senhora... que houve uma discussão na ante-sala, e a senhora



faiou que não ia participar, não ia participar, e os médicos pressionaram. A senhora entrou e só deu um “cheirinho” e saiu. Disse: ” Vou embora porque não concordo”.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, isso não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a senhora acha que isso é fruto de imaginação ou a senhora é que não lembra mesmo?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Olha, sinceramente... Não, eu não teria... eu acho que teria... A gente quanto tem um certo conhecimento, eu teria desconfiado de alguma... Ninguém faz isso, eu vou dar um “cheirinho” sem saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o paciente submetido a transplante, ele precisa de anestesia?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A pessoa que vai fazer um transplante de rim, de fígado não precisa de anestesia não?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Se ele está em morte cerebral, eu acho que todo... não precisa ser anestesiado, precisa de uma assistência, uma assistência ventilatória, porque certamente não está respirando, não está fazendo a oxigenação necessária e, para transplante, o órgão precisa estar em condições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, então, o paciente que está com morte cerebral não precisa de anestesia?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não. Anestésiar? Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É. E algum relaxante?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora é anestesista há muito tempo?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu me formei em 1976; a residência eu fiz em 1977 e 1978. Desde 1977...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a pessoa que está com o diagnóstico de morte encefálica e vai ser doador...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não é minha especialidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - ...trabalhar com morte cerebral, transplante ou retirada de órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a senhora, como anestesista, sabe os casos em que é necessária a aplicação de anestesia.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É, eu creio que não há necessidade de ser usada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nas literaturas que a senhora estudou, então, nunca esteve explícito quais...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu não sou autoridade na área, nem trabalho com isso, como o senhor disse. Desde 90, segundo depoimento aqui do médico que falou anteriormente, muda todo ano, que tem... eu não... não aconteceu neste caso em que eu participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pastor Frankembergen.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Eu interpus ao Sr. Presidente somente para que a doutora pudesse nos explicar a finalidade, o que significa o cheirinho que foi citado por...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu não sei o que quer dizer neste caso. Cheirinho é uma coisa inalatória.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Certo.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Que pode ser... você põe... tudo que passa pelo cabo do oxigênio é anestésico. Até o oxigênio é um



cheiro, o nitroso, o urânio ou qualquer anestésico inalatório, coisa que entra por via inalatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora disse que foi chamada somente para ver a questão do...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Do oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...do oxigênio.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eles não estavam conseguindo ligar o oxigênio. Este é o caso que me recordo da festa de Natal que foi o que... que eu fui... que o Caloni me contou para mim nesse domingo que as enfermeiras haviam dado esse depoimento. Eu tentei até procurar me informar e não consegui saber se é esse o caso, se é sobre isso que essas enfermeiras estão falando, porque eu não presenciei. E aí ele confirmou: *“Não, você não estava na sala.”* Então, não sei por que até vou ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora conhece as 2 enfermeiras?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Que... é a Rita...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - A Rita Pereira e a Belmira?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu conheço. Conheço da época que eu trabalhei lá, não é, e não tenho nada contra absolutamente. Eram assim pessoas, vamos dizer assim, colaboradoras ao extremo. Você pedia uma coisa, a Rita, principalmente, saía correndo. Quando você pedia um material, não é, uma coisa. Eu não tenho nada contra absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora, quando era chamada no centro cirúrgico para aplicar uma anestesia, olhava o prontuário do paciente antes de aplicar?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora se recorda de algum...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Neste caso, eu não fui chamada para fazer uma anestesia. O paciente já estava na sala...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tinha algum anestesista no dia ou era a senhora que estava de plantão?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, eu era a plantonista. Já era de noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a senhora não foi chamada para dar anestesia?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, eu fui chamada para conectar o oxigênio, porque o paciente estava sem respirar e precisava ter oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto. Então, nesse dia, o paciente não foi submetido à anestesia?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - À anestesia, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem a esse cheirinho?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, não. Eu não participei disso, de cheirinho nenhum, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Rubinelli quer fazer alguma consideração?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Gostaria, Sr. Presidente. Gostaria de perguntar à depoente que substância e qual a utilização da substância halotano.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu nunca usei halotano em nenhum desses casos.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora conhece?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Conheço, conheço (*Riso.*), é um anestésico inalatório.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim, mas qual a finalidade? É usado em quais casos?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Ah, é anestesia geral, anestesia geral.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E ele é ministrado através... como se fosse um cheirinho?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É, é ministrado por via inalatória.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sei. No seu dia-a-dia, a senhora utiliza essa substância?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Utilizei; eu não faço anestesia há mais de... desde 1991. Mas a utilizei muitas vezes.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora utilizou essa substância muitas vezes. Numa pessoa com, digamos assim, quase morte encefálica, essa substância halotano poderia causar algum dano?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Que tipo de dano?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não sei, estou perguntando.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Acho que não. Não sei...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Por exemplo, existe algumas medicações... a senhora, como médica...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - ... ele é tóxico para o fígado. Por exemplo, ele...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, é no sentido da pessoa vir a falecer. Estou perguntando porque a senhora é médica. Eu sou advogado, então, em questão de medicina, a senhora, com certeza, entende muito mais, mas muito mesmo, porque eu não entendo nada de medicina. Mas a senhora sabe que existem algumas substâncias, por exemplo, que, em determinados casos, podem ocasionar a morte do paciente.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Ah, sim, entendi agora.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Por exemplo, é normal, numa pessoa com quase morte encefálica, ministrar-se a substância chamada halotano? Isso ocasionaria algum dano ou manteria o quadro estável?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, eu acho que não causaria dano, dependendo da concentração. É claro que, se for uma concentração absurda, você mata até uma pessoa que não tivesse em quase morte cerebral. Mas normalmente usado não agravaria.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora conhece as enfermarias Rita Pereira e Belmira Gavazzi?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Conheci.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora tem uma relação de amizade com elas?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, eu as conheci profissionalmente. Não tenho relação de amizade. Inclusive, eu não as vejo há muitos anos, porque eu não trabalho mais em hospital.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Há quanto tempo a senhora... por quanto tempo a senhora conviveu com elas profissionalmente?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Creio que por uns 4 ou 5 anos, de 1986 a 1991.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora acha que elas teriam algum motivo para inventar qualquer coisa com relação à senhora?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, não acho. Não acho.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, a senhora acha que elas não teriam nenhum motivo para inventar nada a respeito da senhora?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, eu não conheço elas a fundo. Eu as conheci profissionalmente na época em que trabalhei com elas, que foi de 1985, 1986 a 1990.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, se a senhora acha que elas não teriam nenhum motivo para inventar nada com relação à senhora, por que a senhora acha que elas comentaram esse fato que teria ocorrido envolvendo o nome da senhora?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Olha, sinceramente, eu não sei. Teria que perguntar para elas, porque eu realmente não sei, porque...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Nós já perguntamos. Inclusive, elas...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - ... porque discussão, com certeza, eu não discuti com ninguém.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Nós perguntamos, e elas nos falaram que foi porque ocorreu. Então, eu gostaria agora de ouvir a versão da senhora. A senhora não se lembra desses fatos terem ocorrido?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Absolutamente, não me lembro. Eu acho que é muito difícil eu ter me esquecido de uma discussão. No caso, se eu tivesse desconfiado de qualquer coisa, uma discussão não é uma coisa que você esquece.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - No período de 1986 e 1987, mais ou menos, de quantas cirurgias de nefrectomia, com a finalidade de transplantes, a senhora participou?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Acho que de 2. Existem as fichas, e no processo jurídico, existem fichas, está tudo documentado, feito a ficha de anestesia.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora me desculpe. Eu queria saber se a senhora se lembra.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Eu não me lembro, sinceramente.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Eu não perguntei para a senhora se existe no processo jurídico.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Então, eu não me lembro. Isso aconteceu em 1986. Eu fui chamada nessa aí do Natal e eu achava que era só essa. E agora, ano passado, quando eu fui prestar depoimento, existe uma outra ficha feita por mim, está escrito lá, foi eu que fiz. Uma é essa que tem o oxigênio, a ligação, e uma outra que é o grupo de cirurgiões, que eu não conhecia. Inclusive, até me lembrei que eu não os conhecia. Por isso que os nomes que estão escritos na ficha, eu perguntei para alguém para pôr, e era um pessoal de São Paulo que foi fazer essa retirada.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora conhece os Drs. Pedro Henrique e Rui Sacramento?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Menos do que o Dr. Caloni, muito superficialmente.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A senhora não conhece eles assim, não tem convívio com eles?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas a senhora já trabalhou com eles em algum momento?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Nesses casos, dei uma ou outra anestesia. Tenho a impressão que para o Rui, que trabalhava no Hospital Universitário, onde eu também trabalhava. É um outro hospital e também era da mesma maneira: marcava a cirurgia, e a escala de anestesia rodava.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Existia o caso de uma cirurgia que seria conduzida por essa equipe do Dr. Pedro Henrique e Rui Sacramento e que a senhora teria se recusado de participar dessa cirurgia?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não. Eu não... a gente não se... lá tem uma escala de plantão. Se eu estou de plantão, eu que tenho de ir. Não tenho como discutir. E, se eu não estiver...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas veja a senhora: eu não sou da área, mas eu já sei que, em muitas vezes, eles ligam para os anestesistas e chamam quando tem uma cirurgia. A senhora se recusando, eles poderiam perfeitamente telefonar para um outro anestesista que fizesse. A senhora não concorda comigo?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não. Lá não funciona assim. É uma escala de plantão. Existe a cirurgia eletiva, o grupo fica no hospital; vai operando o que estiver marcado. Se vai entrando alguma coisa, vai operando. Passou aquele período, lá pelas 2, 3 horas da tarde, que diminui o movimento e tudo, fica o plantonista. Está lá a escala. Você é a primeira plantonista e tem o reserva. Aquele primeiro está ocupado, chama o segundo. Mas é uma escala de plantão.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Pelo que a senhora explicou, se o primeiro está ocupado, chama o segundo; se o primeiro se recusar, você pode chamar o segundo. A senhora não concorda?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Mas não existe isso de se recusar. Você não pode, você faz parte de um grupo; o grupo é o grupo de anestesia. Você não pode se recusar: "*Eu não quero ir*".



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas como não? Você pode, claro que pode. Se você tiver...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não pode.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, a senhora vai me dizer que, se a senhora estiver passando mal e for chamada, a senhora vai fazer mesmo assim?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Ah, mas isso não. Isso aí eu tenho que... se eu começar a me sentir mal e achar que não tenho condições, eu tenho que avisar a equipe de anestesia. Existe um responsável, claro.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Se a senhora sentir, naquele momento, que a senhora não está a fim de fazer, que está com algum, até um pressentimento mesmo, "*não quero fazer isso agora*", ninguém é obrigado, não é trabalho escravo. Então, a senhora poderia, em tese...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Mas isso não acontece. Você é profissional, não é? Você faz parte de um grupo, e todo mundo trabalha pelo grupo, divide tudo, divide a responsabilidade, divide a escala, divide tudo, tipo de cirurgia. Não tem...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E a senhora acha, então, que... A que a senhora atribui, porque, neste caso, a enfermeira Rita, que havia mencionado a substância halotano, disse também que a senhora teria se recusado a participar dessa cirurgia. A senhora acha, então, também que foi...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Olha, eu não ouvi esse depoimento. Isso me foi dito pelo Caloni, domingo, quando ele perguntou se eu havia sido chamada para a CPI.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Esse senhor que a senhora falou, que perguntou, quem é?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É o médico que fez a denúncia.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sei.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Então, eu falei que não. Eu falei: "*Já depus, já fui à delegacia, já estive com o juiz*". Ele falou: "*Não, isso é outra coisa. Existe um depoimento que apareceu depois*". E eu até comentei com ele: "*Mas como isso apareceu, agora?*" Ele falou: "*Não, elas...*" Não soube explicar.



Ele escreveu um livro a respeito e nele não consta esse fato. Aí, ele falou: “*Não, mas o que consta foi isso da festa natal, de você ter sido chamada e chegar tarde*”. Isso eu me recordo, porque até ele era meu amigo invisível. Então, me recordo que foi comentado na festa. Agora, eu não discuti com ninguém e nem me recusei, absolutamente. Não existiu esse fato.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Na realidade, são fatos gravíssimos.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É, e eu não sei dizer o porquê.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E, na realidade, é até admissível, Sr. Presidente, que fica difícil para nós, porque, em tese, em tese não, efetivamente, se ela viesse a concordar conosco e com as enfermeiras — eu não sei se ela já foi indiciada como co-autora, alguma coisa —, ela poderia ser indiciada também como co-autora ou parte da morte dessa pessoa. Então, quero, como Deputado e até mesmo como advogado, dizer para a senhora que eu acho que o benefício da dúvida, quer dizer, eu nunca vou ter como saber se a senhora está falando a verdade ou não. Mas eu quero, como cidadão, conceder o benefício da dúvida. Quer dizer, assim como eu não posso ter certeza, e nenhum de nós pode, de que uma pessoa fala a verdade ou não, a gente não pode nem condená-la, mas a gente pode usar o benefício da dúvida.

Quer dizer, espero, até finalizando minha fala aqui, Sr. Presidente, que, se houve alguma irregularidade, e nós acreditamos que deva ter ocorrido lá em Taubaté, que efetivamente a senhora esteja nos falando a verdade e não tenha participado de todas essas irregularidades, desses crimes que foram cometidos, em relação aos quais o Ministério Público me parece que já ofereceu a denúncia. Não é isso, Sr. Presidente? Então, quero finalizar agora porque, na realidade, este depoimento aqui dá um novo perfil. Não sei se o Ministério Público ofereceu a denúncia antes ou depois do depoimento das enfermeiras...

(Não identificado) - Antes.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Se ele ofereceu antes, agora, provavelmente, com esse fato novo, esse depoimento na CPI, ele deve estar reavaliando essa questão e pode... Não estou dizendo que... Não sou membro do



Ministério Público e isso é ao alvitre do Ministério Público, mas me parece que o quadro muda bastante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Pastor Frankembergen.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - A senhora já foi ouvida no inquérito?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Já fui.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - No Ministério Público, também?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Olha, não sou advogada e não entendo muito bem. Eu fiz um depoimento logo após os fatos, quando houve a denúncia, para um delegado seccional de Taubaté. Depois, esse processo teve andamento na Justiça Comum e agora já está em fase de julgamento. Todos nós, os anestesistas, os médicos, que participaram de alguma forma, foram ouvidos por esse juiz, no ano passado.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - As declarações que a senhora prestou em juízo são as mesmas que a senhora está fazendo aqui para comigo?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É a mesma. Não existia esse fato das enfermeiras. Eu nunca havia...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Quando a senhora...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Isso foi em 1986. Eu nunca havia ouvido falar nisso até domingo passado...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Na época, elas também foram ouvidas?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Pois é... Não sei. Não sei. Quanto à verdade, fiz um juramento e acredito piamente que, se não houvesse a justiça dos homens, há a justiça de Deus. Então, estou supertranquila.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Está bem. Somente uma informação a mais: uma pessoa com morte encefálica não sente dor, não sente nada?



A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Creio que não. Não sou especialista, porque mudou muito o conceito de morte cerebral. O doutor que esteve aqui é especialista no assunto. Ele é que até aqui citou isso. Conforme os anos e os conhecimentos se operava até antes, sem essa certeza, ou não existia na lei a determinação do que é...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - É porque uma das enfermeiras disse que chegou a ver que parecia que o médico havia colocado um bisturi e furado...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Então, eu soube... Foi aí que eu perguntei para o Kalume e falei: "*Eu não vi isso*". Eu não sou leiga. Eu teria notado alguma coisa. Ele falou: "*Você não estava presente.*" Então, eu não posso... E nem o depoimento das enfermeiras não li nem vi.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Está certo. Quando a senhora foi chamada para ver a questão do oxigênio...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Sim.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - ...estava sendo realizado que tipo de cirurgia?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Uma retirada de rins.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Uma retirada de rins?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É, para transplante.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Era uma retirada? Não era...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Era uma retirada de rins.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - Está certo. Agora, eu pergunto: na retirada, o paciente, ou seja, de onde estava sendo retirado os rins, ele necessitava de oxigênio, naquele momento, para poder fazer esse tipo de cirurgia, ou não era necessário?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não. Necessitava de oxigênio. Ele não estava respirando espontaneamente.



O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - E era necessário manter a respiração, ou seja, manter como se estivesse vivo ainda?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Isso. Senão, você perde o rim, perde o órgão para transplante.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - E, no momento que a senhora foi ver a questão do oxigênio, a senhora viu algum movimento?

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Absolutamente. Eu nunca desconfiei. Quando apareceu a história, eu fiquei estarecida porque... Realmente, nunca desconfiei.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Só um aparte. Desculpe, não sou médico, mas se você tira um rim de um cadáver, por que tem que oxigenar para não perder o rim do...

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - Não, você não tira do cadáver. Não era cadáver. Era uma pessoa com morte cerebral. Então, o resto tem que estar funcionando: o coração tem que estar batendo, mesmo que seja...

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN - É morte encefálica.

A SRA. LENITA MACHADO DE MELO BUENO BASSI - É morte encefálica. Então, se a pessoa ficar sem oxigênio, você mata o rim, que não serve para transplantar depois.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos à Dra. Lenita pelas informações prestadas e declaramos encerrado este depoimento.

Às 14h30min, vamos retornar para tomar os demais depoimentos.

Está suspenso, neste momento, os trabalhos da CPI.